

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL DE VASCONCELOS ROSA

OS VALORES PÚBLICOS CRIADOS PELOS PAÍSES E A INFLUÊNCIA DE
FATORES INSTITUCIONAIS

CURITIBA

2024

GABRIEL DE VASCONCELOS ROSA

OS VALORES PÚBLICOS CRIADOS PELOS PAÍSES E A INFLUÊNCIA DE
FATORES INSTITUCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Área de Concentração: Contabilidade Financeira e Finanças

Orientador: Prof. Dr. Henrique Portulhak

CURITIBA
2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Rosa, Gabriel de Vasconcelos

Os valores públicos criados pelos países e a influência de fatores institucionais / Gabriel de Vasconcelos Rosa.- 2024.

1 recurso on-line: PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

Orientador: Henrique Portulhak.

1. Contabilidade. 2. Valor público. 3. Teoria institucional. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. II. Portulhak, Henrique. III. Título.

Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB – 9/1921



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE -
40001016050P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CONTABILIDADE da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIEL DE VASCONCELOS ROSA** intitulada: **OS VALORES PÚBLICOS CRIADOS PELOS PAÍSES E A INFLUÊNCIA DE FATORES INSTITUCIONAIS**, sob orientação do Prof. Dr. HENRIQUE PORTULHAK, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 12:01:51.0

HENRIQUE PORTULHAK

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 12:22:21.0

MAYLA CRISTINA COSTA MARONI SARAIVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

04/03/2024 12:56:33.0

VAGNER ALVES ARANTES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Fátima e Ailton.
Sem o amor de vocês nada disso teria
acontecido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me sustentado e me dado forças para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante da minha vida acadêmica. Sua graça e misericórdia tornaram essa jornada possível.

Aos meus pais, Fátima e Ailton. Vocês fizeram da criação dos seus dois filhos a prioridade de suas vidas. Desde cedo eu sempre ouvi de vocês palavras de encorajamento. Essas palavras estão comigo até hoje.

Agradeço ao meu orientador, Prof.º Dr.º Henrique Portulhak, que, de maneira paciente e empenhada, ajudou-me a entender cada etapa da pesquisa acadêmica. Sua dedicação à orientação desta Pesquisa foi de fundamental para que eu conseguisse concluí-la.

Agradeço aos amigos que se fizeram presentes em minha vida enquanto estive neste curso de mestrado. Em especial, agradeço à Nayara, ao Fernando e ao Paulo por toda amizade e companheirismo.

Agradeço também à Prof.ª Dr.ª Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva e ao Prof.º Dr.º Vagner Alves Arantes por terem aceitado compor a banca que avaliou esta Pesquisa e pelas preciosas contribuições oferecidas.

Por fim, agradeço a todos aqueles que passaram pela minha vida e contribuíram para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

O presente estudo foi conduzido tendo como objetivo geral identificar a influência de fatores institucionais nos valores públicos criados pelos países. Para isso, buscou-se primeiramente estimar, a partir dos subsídios de estudos anteriores, um indicador de valores públicos com base em variáveis representativas desse desempenho dos países. Posteriormente, foram estimados modelos de regressão para dados em painel e modelo de regressão quantílica para testar a influência dos fatores institucionais na criação de valores públicos pelos países. Foram analisados 43 países entre 2006 e 2019. O Índice de Valor Público (IVP) é composto por dois fatores: Fator Econômico-Social e Fator Ambiental. O primeiro explica 50% da variância total da base de dados, enquanto o segundo explica 34%. Identificou-se que existe relação entre os valores públicos dos países e fatores institucionais. Mais especificamente, demonstrou-se a partir das regressões quantílicas que a governança, a complexidade econômica e o endividamento influenciam positivamente o valor público, ao passo que a população e o gasto primário influenciam negativamente. A liberdade econômica, por sua vez, possui influência negativa nos países de IVP mais baixo, e positiva nos países de IVP mediano e alto. O trabalho contribui para o tema da mensuração do valor público e para a discussão acadêmica a respeito da Teoria Institucional e da Visão Baseada em Recursos ao demonstrar a influência de fatores institucionais como governança, liberdade econômica, complexidade econômica e recursos de endividamento na criação de valor público pelos países. O trabalho contribui também para gestores e formuladores de políticas públicas, ao elencar os fatores institucionais mais importantes a serem desenvolvidos dependendo do nível de IVP de cada país. Por fim, o trabalho contribui para a sociedade ao fornecer um conjunto de variáveis e fatores subjacentes para uma avaliação inicial do desempenho de seus representantes a partir do conceito emergente de valor público e como alternativa a modelos ainda dominantes de identificação de desempenho de países a partir de critérios econômicos.

Palavras-chave: Valor Público. Mensuração. Teoria Institucional. Países.

ABSTRACT

The present study was conducted with the general objective of identifying the influence of institutional factors on the public values created by countries. To do this, we first sought to estimate, based on previous studies, an indicator of public values based on variables representative of these countries' performance. Subsequently, regression models for panel data and quantile regression models were estimated to test the influence of institutional factors on the creation of public values by countries. 43 countries were analyzed between 2006 and 2019. The Public Value Index (PVI) consists of two factors: the Economic-Social Factor and the Environmental Factor. The former explains 50% of the total variance of the database, while the latter explains 34%. It was identified that there is a relationship between countries' public values and institutional factors. More specifically, it was demonstrated through quantile regressions that governance, economic complexity, and indebtedness positively influence public value, while population and primary spending negatively influence it. Economic freedom, on the other hand, has a negative influence on countries with lower PVI, and a positive influence on countries with median and high PVI. The study contributes to the topic of measuring public value and to the academic discussion regarding Institutional Theory and Resource-Based View by demonstrating the influence of institutional factors such as governance, economic freedom, economic complexity, and debt resources in creating public value by countries. The study also contributes to managers and policymakers by listing the most important institutional factors to be developed depending on the level of PVI of each country. Finally, the study contributes to society by providing a set of variables and underlying factors for an initial assessment of the performance of its representatives based on the emerging concept of public value and as an alternative to still dominant models of identifying countries' performance based on economic criteria.

Keywords: Public Value. Measurement. Institutional Theory. Countries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dispersão das Variáveis Representativas de Valor Público	50
Figura 2 – Matriz de Correlações entre as Variáveis Representativas de Valor Público ...	51
Figura 3 – Gráfico para Teste Scree	52
Figura 4 – Cargas Fatoriais	54
Figura 5 – Mapa Mundi do IVP em 2007.....	55
Figura 6 – Mapa Mundi do IVP em 2019.....	56
Figura 7 – Boxplots das Variáveis da Regressão	60
Figura 8 – Matriz de Correlações das Variáveis da Regressão.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis que Formam o IVP	39
Tabela 2 – Fatores Institucionais	40
Tabela 3 – Amostra da Pesquisa	43
Tabela 4 – Protocolo de Análise da Pesquisa	47
Tabela 5 – Análise Descritiva: Componentes do IVP	49
Tabela 6 - Cargas Fatoriais, Comunalidades e Singularidades.....	53
Tabela 7 - Ranking de Valor Público em 2007.....	55
Tabela 8 - Ranking de Valor Público em 2019.....	57
Tabela 9 - Análise Descritiva das Variáveis: Modelo de Regressão.....	59
Tabela 10 - Resultados das Regressões OLS, EF e EA.....	61
Tabela 11 -Variance Inflation Index.....	62
Tabela 12 - Resultados das Regressões Quantílicas para os Quantis 0,25, 0,50 e 0,75.....	64
Tabela 13 - Resumo dos Resultados dos Testes das Hipóteses de Pesquisa.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BE	- Bem-Estar
CC	- <i>Control of Corruption</i>
CO ₂	- Emissão de CO ₂ <i>per capita</i>
CDS	- <i>Credit Default Swap</i>
ECI	- <i>Economic Complexity Index</i>
EFI	- <i>Economic Freedom Index</i>
EFP	- <i>Ecological Footprint per capita</i>
EV	- Expectativa de Vida ao Nascer
GE	- <i>Government Effectiveness</i>
GOV	- Governança
HPI	- <i>Happy Planet Index</i>
IPSAS	- <i>Internacional Public Sector Accounting Standards</i>
IVP	- Índice de Valor Público
NEI	- Nova Economia Institucional
NPM	- <i>New Public Management</i>
PIB	- Produto Interno Bruto
PIBPC	- Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PS	- <i>Political Stability and Absence of Violence/Terrorism</i>
POLS	- <i>Pooled Ordinary Least Squares</i>
POP	- População total do país
PPP	- Parceria Público-Privada
PrimExp	- Gasto Primário
RQ	- <i>Regulatory Quality</i>
RL	- <i>Rule of Law</i>
RMSR	- <i>Root Mean Square of Residuals</i>
RMSEA	- Raíz do Erro Quadrado Médio
TEP	- Teoria da Escolha Pública
TLI	- Índice de Tucker Lewis
TFM	- Teoria das Falhas de Mercado
VA	- <i>Voice and Accountability</i>
VBR	- Visão Baseada em Recursos
WGI	- <i>World Wide Governance Indicators</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.3. OBJETIVOS.....	16
1.3.1. Objetivo geral	17
1.3.2. Objetivos específicos	17
1.4. JUSTIFICATIVAS.....	17
1.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1. VALOR PÚBLICO	22
2.2. MENSURAÇÃO DO VALOR PÚBLICO	27
2.3. FATORES INSTITUCIONAIS E VISÃO BASEADA EM RECURSOS LEGÍTIMOS.....	30
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	38
3.2. VARIÁVEIS DA PESQUISA E AMOSTRA.....	38
3.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	44
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	49
4.1. ÍNDICE DE VALOR PÚBLICO (IVP)	49
4.2. VALOR PÚBLICO E FATORES INSTITUCIONAIS – REGRESSÕES À MÉDIA 58	
4.3. VALOR PÚBLICO E FATORES INSTITUCIONAIS – REGRESSÃO QUANTÍLICA	64
4.4. DISCUSSÃO DOS ACHADOS	68
5. CONCLUSÕES	74
5.1. LIMITAÇÕES E CAMINHOS PARA PESQUISAS FUTURAS.....	75
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE: RANKING DE VALOR PÚBLICO EM 2019.....	86

1. INTRODUÇÃO

Nesta primeira seção, é apresentada a contextualização, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa de pesquisa. Na parte que trata da contextualização, é apresentado o desafio atual do tema da mensuração de desempenho no setor público e a importância do estudo dos seus determinantes, bem como o espaço de pesquisa que vem sendo apontado pelas publicações recentes sobre o tema.

Já na parte que trata dos objetivos, é traçado o objetivo geral da pesquisa, assim como os objetivos específicos. Na justificativa, são apresentados elementos que mostram por que o entendimento, a mensuração, e os fatores que se relacionam ao Valor Público são importantes para o avanço do conhecimento em Contabilidade.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As práticas de mensuração de desempenho no setor público ainda estão em um estágio inicial de desenvolvimento (Garengo & Sardi, 2021). Tentativas de adaptação de modelos do setor privado são comuns, mas normalmente trazem como consequência um foco na mensuração de eficiência de processos isolados, sem considerar dimensões mais estratégicas inerentes ao setor público (Garengo & Sardi, 2021).

A abordagem utilizada para a intervenção governamental baseada na falha de mercado conduziu a uma visão de eficiência econômica como critério para mensuração do desempenho do setor público, o que ganhou força em função de as alternativas concorrentes terem pouca precisão analítica e não oferecem subsídios suficientes para embasar as discussões e as análises políticas (Bozeman, 2002). Assim, as deliberações e o discurso contemporâneo acabaram por ser dominadas não pela abordagem dos valores públicos, mas sim pelo valor privado das coisas públicas (Bozeman, 2002).

A sociedade humana tem criado riqueza material significativa e realizado grandes progressos em ciência e tecnologia (Wang *et al.*, 2022). Apesar disso, não se observa o mesmo avanço em temas como felicidade, equidade, paz e sustentabilidade ambiental (Wang *et al.*, 2022). Em consequência, no atual contexto de riqueza econômica sem precedentes, mas também de crises sociais e ecológicas, o paradigma teórico da *New Public Management* (NPM), o qual é voltado para a criação de valor econômico e que ignora questões sociais mais amplas, tem sido duramente criticado (Wang & Chen, 2022).

Reconhece-se que o papel contemporâneo da contabilidade no desenvolvimento da governança pública passa pela promoção da integração entre informações financeiras e não financeiras de modo a se demonstrar o progresso em aspectos econômicos, sociais e ambientais (Grossi & Argento, 2022). Assim, as práticas contábeis do setor público estão sendo reformuladas para acompanhar os novos tempos (Grossi & Argento, 2022). A importância de uma abordagem que mede o progresso em relação a perspectivas que vão além da dimensão econômica imediata é reforçada pela crescente noção de que não existe criação de valor se o atendimento das necessidades de hoje compromete a satisfação das necessidades futuras (Papi *et al.*, 2018).

Nesse contexto, o valor público surge como uma abordagem que mede o progresso em direção ao alcance de metas sociais amplas e geralmente aceitas, como, por exemplo, uma transição rápida, porém ordenada, para uma economia de carbono zero (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). O valor público tem sido considerado uma das soluções mais promissoras para o processo de contabilização e mensuração do desempenho no setor público, entendendo-se que ele possibilita aos gestores públicos um maior foco na definição, justificativa e mensuração do valor gerado através da produção de serviços públicos, de uma perspectiva tanto teórica quanto prática (Bracci *et al.*, 2019).

No entanto, a falta de pesquisa empírica e o baixo número de artigos sobre o tema na área de contabilidade demonstram como acadêmicos deste campo ainda necessitam alcançar um nível mais profundo de entendimento sobre o conceito, a criação e a mensuração do valor público (Bracci *et al.*, 2019). Tal preocupação se torna relevante ao considerar que o processo de desenvolvimento teórico e prático do valor público enquanto ferramenta contábil pode depender da colaboração e do contato entre diferentes disciplinas (Bracci *et al.*, 2019; Li, 2022).

Em resposta à crescente relevância do conceito de valor público, pesquisas recentes têm se empenhado em explorar sua aplicabilidade em diversos campos do conhecimento (Barrutia *et al.*, 2022; Mazzucato & Rayan-Collins, 2022; O'Connor *et al.*, 2022; Ritz *et al.*, 2022; Wade, 2022). Este interesse se estende especialmente ao campo da contabilidade, onde investigações têm se concentrado em definir o valor público, identificar seus determinantes e desenvolver métodos de mensuração (Bracci *et al.*, 2019; Bracci *et al.*, 2021; Dallagnol *et al.*, 2022; Grossi & Argento, 2022; Portulhak & Pacheco, 2023). A literatura neste domínio tem sido enriquecida por estudos recentes

que buscam delinear o conceito de valor público, identificar os fatores que influenciam sua criação e explorar técnicas de avaliação (Papi et al., 2018).

Tais esforços para alternativas de mensuração do valor público são salutares, dado que, segundo Faulkner e Kaufman (2018), sem uma mensuração válida e confiável de valor público, o desenvolvimento teórico do tema fica praticamente estagnado. Nesse sentido, Dallagnol *et al.* (2022) corroboram que persiste uma lacuna em relação à mensuração de valor público, fato que ainda tem se mostrado um aspecto problemático para o avanço das pesquisas neste tema (Li, 2022).

Estudos recentes têm realizado proposições para a mensuração do valor público criado por governos. Papi *et al.* (2018) realizaram um estudo de caso em que consideraram as dimensões social, econômica e intangível para a construção de um modelo de mensuração de desempenho a partir do conceito de valores públicos em um município italiano. Li (2022) sugeriu uma abordagem de *Public Value Account* (PVA) baseada em cinco dimensões de valor público (econômica, política, cultural, social e ecológica), com um balanço de valor criado e valor destruído em um demonstrativo em “forma de T” aplicado a países do G20.

Wang *et al.* (2022) utilizaram 30 indicadores econômicos, sociais e políticos para propor uma mensuração de valor público de 61 países, concluindo que estes indicadores podem ser reduzidos a quatro componentes de valores públicos para países: dimensão econômica, ecológica, equidade de riqueza e elegância. Wang e Chen (2022) analisaram 12 indicadores que fazem parte do *The Beyond GDP Movement* e identificaram que mesmo que valores econômicos exerçam um papel relevante na criação de valores públicos, indicadores de outras dimensões devem ser considerados para que haja um monitoramento amplo do progresso de países.

Os estudos de Li (2022), Wang *et al.* (2022) e Wang e Chen (2022), que tiveram como enfoque a análise de indicadores que expressem os valores públicos criados por países, reforçam a noção de que uma mensuração de desempenho abrangente para países deve considerar não apenas indicadores econômicos, mas também indicadores sociais e ambientais. Neste sentido, tão importante quanto identificar os indicadores que expressam os valores públicos criados pelos países é constatar fatores determinantes destes valores públicos. Esta relevância é demonstrada ao se notar na literatura estudos contemporâneos que se dedicaram a identificar determinantes para o desempenho alcançado pelos entes do setor público, destacando-se entre estes as variáveis institucionais.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

Alguns estudos recentes têm empregado a Teoria Institucional para elucidar os determinantes do desempenho no setor público. Por exemplo, Panayides et al. (2015) investigaram o impacto de fatores institucionais no êxito das Parcerias Público-Privadas (PPPs) em portos, constatando uma relação significativa entre o sucesso dessas parcerias e o contexto institucional. De maneira similar, Poniatowicz et al. (2020) analisaram a associação entre fatores institucionais e o produto interno per capita em 28 estados membros da União Europeia, revelando uma ligação positiva entre a qualidade da governança e o crescimento econômico observado.

A perspectiva institucional converge com a abordagem contingencialista ao procurar identificar os elementos do ambiente que moldam as ações organizacionais (Crubellate, 2007). Nesse sentido, investigações têm buscado explicar o desempenho do setor público sob uma ótica contingencial, mas também sob a influência do ambiente externo, incluindo normas e valores, podendo ser interpretadas dentro de uma perspectiva institucional. Sell et al. (2019) concluíram que fatores como ambiente, liderança organizacional, estrutura e porte têm impacto positivo no desempenho municipal. Mnif e Gafsi (2020) identificaram que a abertura do governo, a qualidade da administração pública e a familiaridade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Privado (IAS/IFRS) estão associadas a uma maior conformidade com as normas de divulgação nas *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*.

Fiirst e Beuren (2021) estudaram a influência dos fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais do Estado do Paraná. Os pesquisadores concluíram que os fatores como ambiente e porte afetam positivamente os resultados socioeconômicos, enquanto tecnologia apresenta influência negativa e estrutura não apresentou resultados significantes. Já Rabito *et al* (2022) concluíram que o ambiente, estrutura organizacional e tamanho exercem influência positiva na implementação de *smart cities* em cidades com mais de 50 mil habitantes no Brasil. Esses estudos recentes demonstram a influência do ambiente institucional no desempenho de organizações do setor público.

Estudos que têm buscado relacionar a governança dos países em seu nível institucional (como por exemplo estado de direito, efetividade de governo, controle de corrupção etc.) com métricas de desempenho econômico e ambiental também têm se

destacado na literatura recente do setor público. Por exemplo, Dima *et al.* (2013) analisaram a relação entre governança e produção econômica e constataram que uma maior qualidade das políticas públicas e das instituições resultaram em uma maior produção econômica, enquanto Tarek e Ahmed (2017) pesquisaram a relação entre governança e dívida pública em 17 países da *Middle East and North Africa – MENA*, concluindo que baixos índices de governança estão relacionados com um maior acúmulo de dívida pública. De forma mais recente, os achados de Alsaleh *et al.* (2021) sugerem que o aprimoramento da governança pode exercer influência no crescimento da indústria de bioenergia nos países europeus. Para Detotto *et al.* (2021), uma alta percepção de governança tem um impacto significativo nas receitas de turismo desses países.

Entretanto, apesar da relevância do valor público enquanto plataforma capaz de atender às novas necessidades de mensuração de desempenho de países, e face as recentes proposições realizadas por Wang *et al.* (2022), Wang e Chen (2022) e Li (2022) para a mensuração do valor público criado por países, não foram identificadas na literatura acadêmica investigações dedicadas a esclarecer fatores explicativos do valor público criado por países. Assim, torna-se interessante identificar determinantes para os valores públicos criados por eles, a fim de se obter uma maior compreensão dos processos e fatores geradores desses valores, entendendo-se, a partir dos estudos anteriormente elencados, a lente institucional como a mais apropriada para essa finalidade.

Portanto, como diversos aspectos institucionais têm sido identificados como relevantes na busca de fatores explicativos para o desempenho no setor público e, além disso, dado que fatores institucionais são entendidos como elementos internos e externos que influenciam no comportamento de uma organização (Hussain & Hoque, 2002; Klovienne, 2012) a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: **Qual a influência de fatores institucionais nos valores públicos criados pelos países?**

1.3. OBJETIVOS

A partir da definição da questão desta pesquisa, é possível estabelecer os seguintes objetivos gerais e específicos:

1.3.1. Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é identificar a influência de fatores institucionais nos valores públicos criados pelos países.

1.3.2. Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, será necessário o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- i) estimar, a partir dos subsídios de estudos anteriores, um indicador de valores públicos a partir de variáveis representativas desse desempenho dos países;
- ii) avaliar a influência de fatores institucionais nos valores públicos criados pelos países, considerando modelos de regressão que utilizam a média condicional da variável dependente;
- iii) avaliar a influência dos fatores institucionais nos valores públicos criados pelos países, considerando modelos de regressão que utilizam diferentes quantis da variável dependente;

1.4. JUSTIFICATIVAS

Em primeiro lugar, esta pesquisa se justifica pela relevância do tema dos valores públicos como paradigma que se coloca como superação da nova gestão pública (Steccolini, 2018). O esclarecimento, a mensuração, a criação e deliberação sobre valor público têm representado um desafio contemporâneo não apenas para políticos, mas para toda a sociedade (Wang *et al.*, 2022).

Em uma sociedade constituída por múltiplos atores sociais, a Contabilidade e os contadores enfrentam o desafio de abordar uma gama de valores heterogêneos, simultâneos e muitas vezes conflitantes (Bracci et al., 2021). Isso implica em uma necessidade atual de que os valores quantificados e comunicados pela Contabilidade sejam mais abrangentes em sua abordagem, diversificados e, em alguns casos, construídos através do discurso (Bracci et al., 2021).

Nesse sentido, o objetivo da Contabilidade deriva da necessidade dos usuários, e o patrimônio é a forma primária que a Contabilidade elegeu para dar início ao processo de geração de informações úteis para os usuários (Iudícibus, *et al.*, 2005). Para alguns autores, inclusive, o patrimônio não pode ser o “tecido científico da Contabilidade”, afinal, quem define o patrimônio é a Contabilidade (Iudícibus, *et al.*, 2005).

Há um amplo reconhecimento da necessidade de uma “nova contabilidade” que fortaleça a democracia e facilite formas mais participativas de organização social (Bracci *et al.*, 2021). Isso fica claro na literatura de contabilidade social e ambiental, que requerem formas mais dialógicas de Contabilidade (Bracci *et al.*, 2021). Portanto, a pesquisa em Contabilidade Aplicada ao Setor Público precisa considerar melhor o valor público e ir além do paradigma baseado na economia (Bracci *et al.*, 2021).

Existe uma tendência crescente de reconhecimento do potencial da Contabilidade de representar valores plurais e heterogêneos expressos por sociedades, organizações e indivíduos, suportar decisões entre esses valores e contribuir para transformá-los ao longo do tempo (Bracci *et al.*, 2021). Aborda-se a Contabilidade, neste caso, como uma forma de mensuração e avaliação do desempenho econômico, financeiro e social de sociedades, organizações e indivíduos, como fornecedora de informações para a tomada de decisões e instrumento de *accountability* (Iudícibus, *et al.*, 2005). Espera-se, portanto, que a pesquisa contribua para o desenvolvimento da Contabilidade como área do conhecimento, ao adicionar novos elementos ao tema da mensuração dos valores públicos e fornecer informações mais plurais que possam impactar na tomada de decisão no setor público.

A evolução da Contabilidade no setor público depende da consideração de novas formas de *reporting*, que ampliem o *accountability* para muito além de questões de eficiência, balanços equilibrados e uso adequado dos recursos financeiros ao endereçar, por exemplo, questões de sustentabilidade, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), biodiversidade, mudanças climáticas, equidade social e de gênero nos orçamentos e participação cidadã (Grossi *et al.*, 2023). Considera-se que a evidenciação atual da Contabilidade é muito importante, mas deve ser considerada como um estágio de sua evolução, e não como sua versão final (Iudícibus, *et al.*, 2005).

O processo de mensuração, por sua vez, envolve objetivos primários e secundários (Kloot & Martin, 2000). Aqueles dizem respeito aos resultados desejados, enquanto estes aos seus determinantes (Kloot & Martin, 2000). Portanto, espera-se que o estudo contribua para a comunidade científica ao trazer uma melhor compreensão das

relações que existem entre os valores públicos e os fatores institucionais, adicionando à literatura existente evidências a respeito do tema.

Espera-se também que esta pesquisa possa ser útil aos gestores públicos, tendo em vista que os valores públicos podem ser descritos como fruto de mediação política, construção coletiva, valores pelos quais seus desempenhos serão medidos e parâmetros a partir dos quais suas decisões de alocação de recursos poderão ser fundamentadas (O’Flynn, 2007). A importância prática do tema é confirmada pelo interesse crescente entre governos sobre como uma imagem mais completa do progresso pode ser demonstrada, a qual reconhece, além dos aspectos econômicos, aqueles relacionados aos resultados sociais e ambientais, levando profissionais de contabilidade a serem cobrados a desenvolver métricas de desempenho mais amplas (*Chartered Accountants Australia and New Zealand [CA ANZ]*, 2014).

Assim, compreender os fatores institucionais que influenciam a criação de valor público pode ajudar os gestores públicos a tomar decisões mais embasadas e estratégicas e em coerência às demandas sociais contemporâneas. Isso inclui a identificação, a partir de suas características e aspectos institucionais, de áreas e jurisdições preferenciais para intervenção, a implementação de políticas públicas mais eficazes para a geração de valor público, e a alocação adequada de recursos para atender às demandas prioritárias da sociedade. Além disso, os gestores públicos podem utilizar os conceitos e métricas de valor público para demonstrar para a sociedade não apenas métricas de crescimento econômico de curto prazo, mas valores mais amplos que contribuem para a sustentabilidade das comunidades e dos países no longo prazo, estando ao encontro das demandas sociais contemporâneas.

Cita-se como exemplo a fala do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em que diz que o Brasil “nunca chega lá”, referindo-se ao fato de o Brasil não figurar entre os países desenvolvidos, considerando-se o PIB como métrica (O Tempo, 2024). Isso demonstra como o PIB ainda exerce o papel de principal indicador de desempenho de governo. Dado que a literatura até aqui apresentada reflete a necessidade de avanços em relação a métricas que possam demonstrar um desempenho sob uma ótica mais ampla, propõe-se neste estudo uma que vá além do aspecto econômico.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para a sociedade, visto que os valores públicos podem ser utilizados como um ‘padrão aproximado’ a partir do qual o desempenho no setor público pode ser medido (O’Flynn, 2007). Ou seja, oferecer novas métricas pode permitir que as partes interessadas no desempenho dos governos, como as

auditorias públicas, possam avaliar e responsabilizar seus agentes por uma nova perspectiva, assim permitindo e aprimorando a *accountability* (Dallagnol *et al.*, 2022). Assim, entende-se que a identificação de fatores explicativos da criação desses valores pode fornecer uma análise mais objetiva do desempenho por parte da sociedade e contribuir para uma responsabilização mais efetiva de seus representantes a partir da cobrança pelas melhorias institucionais necessárias para criação de valor público.

1.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa possui como unidade de análise os países. A escolha dessa unidade de análise tem como motivo principal o desenvolvimento recente das pesquisas quantitativas sobre o tema da mensuração do valor público em que são estudadas variáveis que têm o potencial de representar esses valores no nível dos países (Li, 2022; Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022). A competição entre os países é fundamentada na capacidade de criação de valor público (Wang *et al.*, 2022). Por isso, a Teoria do Valor Público pode esclarecer e elucidar as forças e fraquezas dos países ao redor do mundo (Wang *et al.*, 2022). Além disso, serão analisados 52 países. Selecionou-se a maior amostra possível dada a disponibilidade dos dados que representam as variáveis que serão estudadas.

Existem duas principais linhas de pesquisa sobre valor público que são trabalhadas de forma relevante nos estudos acadêmicos (Dallagnol *et al.*, 2022). A primeira delas tem como autor principal Barry Bozeman, na qual o Valor Público é abordado em sua dimensão mais ampla. Bozeman se concentra nos níveis político e social (Bryson *et al.*, 2014), definindo o Valor Público como princípios que sustentam e definem consensos normativos de uma sociedade sobre direitos e deveres, bem como as diretrizes para a formulação de políticas públicas (Steccolini, 2019). Há também a linha de pesquisa cujo autor de destaque é Mark Moore. O autor define Valor Público como aquilo que é percebido pelo público como tendo valor e é bom para a coletividade, o que deve se refletir no desempenho do governo, e foca no nível organizacional (Steccolini, 2019).

Utiliza-se nesta pesquisa o conceito de valor público trazido por Bozeman (2007) e Jorgensen e Bozeman (2007), que se alinha com a perspectiva institucional utilizada como estrutura teórica. Em que pese a relevância da linha de pesquisa de Mark Moore, que foca no nível das organizações, considera-se que estudar o valor público em

sua amplitude conceitual, no nível político e social, seja mais apropriado para analisar como os países criam valor público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é dividido em três tópicos. O primeiro trata da conceituação do valor público trazida pela literatura relevante sobre o tema, além de resgatar algumas teorias que serviram como pano de fundo para o paradigma que o antecede na história, a *New Public Management*. O segundo tópico trata da mensuração do valor público. Nesta parte são apresentadas pesquisas recentes que procuraram endereçar, de alguma forma, o desafio da mensuração. Na terceira parte é feita uma revisão da pesquisa empírica recente sobre Teoria Institucional e a Visão Baseada em Recursos. Esses estudos subsidiam a construção de hipóteses e a escolha de variáveis que serão utilizadas nesta pesquisa.

2.1. VALOR PÚBLICO

Nos estudos econômicos, o setor público desempenha um importante papel sobre as falhas de mercado, na criação de valor quando o assunto é investimento em pesquisa e educação (o que posteriormente proporcionará tecnologia mais desenvolvida e força de trabalho mais qualificada) e na função redistributiva por meio da tributação (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). No entanto, não fica claro o papel do setor público na criação própria de valor (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

A Teoria das Falhas de Mercado (TFM) orienta a intervenção pública nos casos em que os mercados falham devido às externalidades positivas, externalidades negativas e assimetrias de informação (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Falha de mercado significa o fracasso de um sistema mais ou menos idealizado de instituições de mercado de preços para sustentar atividade “desejáveis” ou impedir atividades “indesejáveis” (Bator, 1958).

No entanto, a TFM é demasiadamente abstrata e não fornece uma estrutura conceitual para tomadas de decisão em políticas públicas, visto que suas premissas (mercados completos, comportamento competitivo dos agentes e a existência de um equilíbrio) não são observadas empiricamente, ou seja, os mercados são sempre incompletos e imperfeitos (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

Na esteira da TFM emergiu a Teoria da Escolha Pública (TEP), que considera que os agentes públicos são orientados por interesses próprios, assim como os atores de mercado (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Mas enquanto nos mercados a busca pelo

lucro e a existência da competição levam esses agentes a tomarem decisões eficientes, no processo de decisão em políticas públicas esses fatores não estão presentes, fazendo com que o processo decisório possa ser capturado por grupos de interesse (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

A TEP foi extremamente influente e se sustenta na crença de que os governos são indiferentes, ineficientes, monopolistas e incapazes de atingir metas formais (O’Flynn, 2007). Nessa perspectiva, a TEP reflete as seguintes falhas inerentes do governo: i) os políticos são capturados por grupos de interesse, agirão em seu próprio interesse e não do interesse público; ii) a burocracia não executa necessariamente direções políticas por causa do interesse próprio dos burocratas; e iii) os burocratas agem em busca de interesse próprio e não de eficiência (O’Flynn, 2007). Esse arcabouço teórico leva a conclusão de que mesmo quando há falhas claras de mercado, a intervenção governamental não levaria a resultados mais eficientes (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

Nessa linha, em diversos países nas últimas décadas, o setor público passou por reformas que ficaram conhecidas na literatura como *New Public Management* (NPM), as quais representam uma alteração de paradigma em relação ao modelo burocrático tradicional (O’Flynn, 2007). As reformas da NPM começaram no fim da década de 1970 e início dos anos 1980 (Gruening, 2001). Os primeiros a praticarem tais reformas foram os britânicos, sob a liderança da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, e governos municipais nos Estados Unidos da América (e.g. Sunnyvale, California) que passaram por recessões econômicas e revoltas fiscais (Gruening, 2001). A partir disso, governos como os da Nova Zelândia e Austrália implantaram reformas NPM, e o sucesso dessas reformas as puseram na agenda da maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Gruening, 2001).

As reformas da NPM se dão com base em alguns componentes doutrinários: gestão profissional no setor público (Hood, 1991); mensuração e responsabilização por desempenho (Gruening, 2001; Hood, 1991; Pollitt, 2007); uma ênfase maior nos controles dos produtos gerados (*output controls*) (Hood, 1991; Hyndman & Liguori, 2016; Pollitt, 2007); descentralização (Bryson *et al.*, 2014; Gruening, 2001; Hood, 1991; Hyndman & Liguori, 2016; Pollitt, 2007); mudança para uma maior competição no setor público (Gruening, 2001; Hood, 1991; Pollitt, 2007); ênfase nos estilos de prática do setor privado (Bryson *et al.*, 2014; Hood, 1991; Hyndman & Liguori, 2016; Pollitt, 2007); ênfase em maior disciplina e parcimônia na utilização de recursos e corte

de gastos (Gruening, 2001; Hood, 1991); auditorias de desempenho (Gruening, 2001); privatização (Bryson *et al.*, 2014; Gruening, 2001; Hyndman & Liguori, 2016); contratualização (Gruening, 2001); melhorias na contabilidade e gestão financeira (Gruening, 2001); cobrança dos usuários dos serviços públicos, de modo que os cidadãos são encarados como clientes (Bryson *et al.*, 2014; Gruening, 2001; Pollitt, 2007).

Na NPM, os mercados e a competição são a forma preferida de entregar serviços públicos da maneira mais eficiente e eficaz para os usuários, que são vistos, neste caso, como clientes e não como cidadãos (Bryson *et al.*, 2014). Segundo Hood (1991), uma forma de interpretar as origens da NPM é como um casamento entre duas correntes diferente de ideias: o primeiro parceiro seria a Nova Economia Institucional (NEI), enquanto o segundo foi a série de abordagens de "gerencialismo" inspiradas no setor privado, seguindo a tradição do movimento global de administração científica.

A NEI ajudou a criar um conjunto de doutrinas para suportar as reformas administrativas construídas a partir de ideias de contestabilidade, escolha do usuário, transparência e forte concentração em estruturas de incentivo (Hood, 1991). Já as abordagens de "gerencialismo" impulsionaram reformas administrativas baseadas em ideias como especialização, gestão profissional, maior poder discricionário para os gestores (*free to manage*) e desenvolvimento de culturas consideradas adequadas (Hood, 1991).

Dentro desse pacote, a NPM trouxe consigo importantes reformas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Hyndman & Liguori, 2016). Adotou-se, neste caso, demonstrações financeiras para o setor público inspiradas naquelas que são preparadas pelas organizações do setor privado para a atender às necessidades de informação de seus *shareholders*, credores e demais *stakeholders* (Hyndman & Liguori, 2016).

No entanto, foram notadas fraquezas no modelo da NPM, como a aplicação indiscriminada de modelos do setor privado e a falta de percepção da natureza interconectada e interdependente do setor público, o que conduz a uma busca por novas maneiras de pensar e praticar gestão pública (O'Flynn, 2007). O modelo de governo competitivo talvez tenha falhado em entender que os arranjos de gestão pública não são meros fornecedores de serviços públicos, mas têm como objetivos também consagrar valores de governança mais profundos (O'Flynn, 2007).

Nos dias de hoje, a governança pública é compreendida como multifacetada, incluindo vários atores e meios digitais envolvidos ativamente na entrega de serviços públicos (Grossi & Argento, 2022). O contexto do setor público tem se alterado, e a forma como os governos o conduzem, prestam serviços e criam valor público atualmente é mais complexa (Grossi & Argento, 2022).

Enquanto os desafios que fizeram emergir a NPM ainda estão presentes, novos elementos têm emergido (Bryson *et al.*, 2014). Sociedades diversas e complexas passam por problemas igualmente complexos (Bryson *et al.*, 2014), de modo que a NPM tem demonstrado pouca relevância para a análise das questões que permeiam a agenda do setor público no século XXI, como aquecimento global, movimentos populacionais, corrupção e terrorismo. (Pollitt, 2007). Essas questões, portanto, demandam formas diferentes de pensar o setor público (Pollitt, 2007).

O valor público, por sua vez, possui um conceito multifacetado, que implica em um espectro abrangente de possíveis interpretações (Papi *et al.*, 2018). Segundo Dallagnol *et al.* (2022), existem duas linhas de pesquisa principais em valor público: a linha que foca nos trabalhos de Moore e a que foca nos trabalhos de Bozeman, com os estudos de Meynhardt formando uma terceira linha de pesquisa.

Bozeman define “valores públicos” como os princípios intersubjetivamente sustentados que definem o consenso normativo de uma sociedade sobre os direitos e prerrogativas, bem como as obrigações dos cidadãos e os princípios para a formulação de políticas (Steccolini, 2019). Bozeman se concentra nos níveis político e social (Bryson *et al.*, 2014). Já Moore foca no nível organizacional, com ênfase nos papéis dos gestores públicos, e define “valor público” como o que é valorizado pelo público ou é bom para o público e deve então se refletir no desempenho do governo (Steccolini, 2019). Os valores públicos, portanto, se configuram no paradigma ‘pós-competitivo’, em que se altera o foco primário dos resultados e eficiência para o alcance de objetivos governamentais mais amplos de criação de valor (O’Flynn, 2007). Assim, o presente estudo se delimita à linha de pensamento formada por Bozeman.

Os valores públicos da sociedade, segundo Bozeman, são aqueles que proveem um consenso normativo sobre: (i) os direitos, benefícios e as prerrogativas que os cidadãos devem, ou não, ter direito; (ii) as obrigações dos cidadãos para com a sociedade, o estado e uns com os outros; e (iii) os princípios nos quais os governos e as políticas devem se basear (Bryson *et al.*, 2014).

O valor público tem sido descrito como uma construção multidimensional – um reflexo de preferências coletivamente expressas e politicamente mediadas consumidas pelos cidadãos – criada não apenas por meio de “resultados”, mas também por meio de processos que podem gerar confiança ou justiça (O’Flynn, 2007 como citado em O’Flynn, 2005). Portanto, o conceito de valor público parece ter um caráter decididamente dependente do contexto, sendo coletivamente construído através de deliberação envolvendo gestores públicos eleitos e indicados e *stakeholders*-chave (Stoker, 2006). O paradigma da gestão de valor público conta, então, com uma concepção de *stakeholder* para a legitimidade no seu arranjo de governança (Stoker, 2006).

Nesse sentido, segundo Jorgensen e Bozeman (2007), a deliberação política e o discurso público não apenas apontam o caminho para os valores públicos, mas também contribuem diretamente para eles. Além disso, segundo os autores, os valores públicos são orgânicos e mutáveis, mas também impregnados de tradição, precedente e consenso. Evoluem lentamente, sempre mantendo um núcleo forte e substancial mesmo quando ocorrem mudanças na periferia (Jorgensen & Bozeman, 2007). Esse núcleo forte pode ser reconhecido ao se observarem os documentos fundadores de um Estado legítimo, que fornecem informações sobre seus valores públicos mais fundamentais. No entanto, mesmo em relação a esses valores públicos mais fundamentais, não se deve esperar consentimento universal ou verdades autoevidentes e imutáveis (Jorgensen & Bozeman, 2007).

Assim, no paradigma do valor público múltiplos objetivos são perseguidos pelos gestores públicos, incluindo objetivos de serviço mais restritos, resultados mais amplos e a criação e manutenção de confiança e legitimidade (O’Flynn, 2007). Dentro do paradigma do valor público é mais prontamente aceito que a atividade governamental é interconectada e interdependente e, como tal, pode exigir mais esforço colaborativo na busca do valor público (O’Flynn, 2007).

Além disso, os valores públicos não são criados exclusivamente por governos (Jorgensen & Bozeman, 2007). O valor público está enraizado na sociedade e na cultura, nos indivíduos e grupos, e não apenas no governo (Melchior & Melchior, 2001 como citado em Jorgensen & Bozeman, 2007), em que pese a legitimidade de os governos depender dos valores que são criados (Li, 2022). O valor público, portanto, é gerado coletivamente por uma gama de *stakeholders*, incluindo estado, mercado e sociedade civil (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Apesar disso, reconhece-se que os

governos são centrais para a sociedade humana e os responsáveis primários pelo desenvolvimento social inclusivo, missão que requer a criação e a manutenção de valores ordenados e sincronizados de acordo com as pluralidades de visão mantidas pelos diversos atores da sociedade (Wang *et al.*, 2022).

Algumas críticas em relação ao Valor Público se referem à sua natureza vaga (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Outras argumentam que o Valor Público é um projeto político, relacionado à Teoria Neo-Liberal e à racionalidade de mercado, o que desvaloriza a democracia (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Além disso, para alguns críticos, o Valor Público confere mais autoridade aos gestores públicos em detrimento de políticos eleitos, usurpando a vontade democrática dos governos (Rhodes & Wanna, 2007). No Valor Público, segundo Rhodes e Wanna (2007), os gestores públicos podem suplantar a política e brincar de serem os novos guardiões platônicos da sociedade. Por fim, segundo Mazzucato e Rayan-Collins (2022), o paradigma do Valor Público se limita às questões dos serviços públicos e da gestão do setor público, em vez de objetivos mais amplos de economia política, ciência e inovação, política industrial e macroeconômica.

2.2. MENSURAÇÃO DO VALOR PÚBLICO

No paradigma do Valor Público, o público deve ser um participante ativo em sua mensuração (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022). Entretanto, não há muito consenso sobre quais formas de participação do público nessa mensuração pode ser mais útil, além de existirem na sociedade visões contraditórias sobre certos assuntos (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

Por exemplo, ao considerar que o valor público parte daquilo que é percebido como valioso pelo público ou pela sociedade, a relação que uma pessoa tem com determinada organização ou sua sensação de pertencimento a determinados grupos pode influenciar em sua avaliação sobre a criação de valor público por certa organização ou grupo (Portulhak & Pacheco, 2023). Outro ponto complexo reside no fato de que a criação de valor pode acontecer no fim do processo, muitas vezes muitos anos após a implementação de determinada política (Mazzucato & Rayan-Collins, 2022).

A criação de valor público é a extensão na qual os critérios de valores públicos são alcançados, e esses são uma combinação de medidas de *inputs*, processos, *outputs* e resultados (Bryson *et al.*, 2014). Diante disso, entende-se que os valores públicos são

passíveis de mensuração, embora possa haver divergências sobre como esses valores podem ser conceituados e medidos (Bryson *et al.*, 2014).

Na literatura existem estudos recentes que buscam mensurar os valores públicos como medida de desempenho para o setor público (Papi *et al.*, 2018; Wang *et al.*, 2022; Li, 2022; Wang & Chen, 2022). Algumas dimensões de valor público podem ser extraídas dos estudos recentes, tais como a dimensão econômica (Papi *et al.*, 2018; Wang *et al.*, 2022; Li, 2022; Wang & Chen, 2022), dimensão social (Papi *et al.*, 2018; Li, 2022), dimensão ecológica ou ambiental (Wang *et al.*, 2022; Li, 2022; Wang & Chen, 2022), dimensão política (Li, 2022) dimensão de igualdade (Wang *et al.*, 2022), dimensão de sofisticação (Wang *et al.*, 2022) e a dimensão cultural (Li, 2022). As dimensões econômica, social e ambiental, no entanto, são aquelas que se destacam nesses estudos recentes e, por isso, serão as dimensões analisadas nesta Pesquisa.

A dimensão econômica figura como a mais presente nas pesquisas recentes. O valor econômico, na perspectiva da administração pública, significa seu desempenho econômico, estabilidade financeira e eficiência (Papi *et al.*, 2018). Esse valor é criado quando os benefícios econômicos superam seus sacrifícios (Papi *et al.*, 2018) e demonstra os benefícios materiais que as pessoas obtêm ou perdem em produtos ou serviços públicos (Li, 2022).

Segundo Wang e Chen (2022), o valor econômico, medido normalmente pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, exerce o principal papel no progresso social, tornando difícil para outros indicadores e valores públicos superarem essa dimensão de valor. Além disso, a criação de valor econômico é capaz de conduzir o progresso de outros campos sociais, tais como educação, saúde e infraestrutura (Wang & Chen, 2022). Portanto, indicadores propostos para superar o PIB na verdade o suplementam e o aprimoram, mas não o substituem (Wang & Chen, 2022). Ressalta-se ainda que, quando os países se deparam com estagnação ou crise econômica, eles são rapidamente cobrados a perseguir novamente o crescimento econômico e o pleno emprego, ofuscando, nesses períodos, a importância dos outros valores públicos (Wang & Chen, 2022).

No trabalho de Papi *et al.* (2018), a dimensão econômica representou 40% do valor criado. Já na pesquisa de Wang *et al.* (2022), o valor econômico pôde explicar 65% da variância dos 30 indicadores estudados, indicando que esse valor é a base dos indicadores estudados e dos valores públicos relacionados a ele. Wang e Chen (2022) estudaram 13 indicadores e concluíram que a dimensão econômica explica 77,88% da

informação deles. O PIB *per capita* (PIBPC), que explica 66% desta dimensão, interpreta 55,10% de toda a informação dos 13 indicadores (Wang & Chen, 2022). Li (2022), a fim de evidenciar a criação de valor econômico, utilizou os indicadores PIBPC e *Global Competitiveness Index*, enquanto para demonstrar a perda de valor econômico utilizou *Unemployment Rate* e *Economic Inequality*.

O valor social, por sua vez, significa a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos em termos qualitativos, quantitativos, temporais e monetários (Papi *et al.*, 2018). Demonstra a contribuição e responsabilidade de indivíduos e organizações para satisfazer as necessidades materiais e espirituais da sociedade (Li, 2022). O valor social, assim como o valor público, é um conceito amplo, e algumas vezes esses dois valores se sobrepõem, por que o valor social é a fonte dos valores públicos (Li, 2022). Alguns valores públicos, tais como, qualidade de vida e estabilidade social, são o foco dos objetivos de desempenho do setor público (Li, 2022). O valor social representou 35% no trabalho de Papi *et al.* (2018). Li (2022) utilizou os indicadores *Happy Life Years* (HLY) e *Gender Gap Index* para demonstrar a criação de valor social, e *Population Structure Imbalance* e *Suicide Mortality Rate* para evidenciar a destruição de valor social. Segundo Wang *et al.* (2022), o *Happy Planet Index* (HPI) é uma importante variável para explicar Valor Público. O HPI é uma variável composta por três indicadores: expectativa de vida, bem-estar e *ecological footprint*. Portanto, o HPI pode expressar tanto os valores sociais (expectativa de vida e bem-estar) como ambientais (*ecological footprint*) (Wang & Chen, 2022).

O valor ambiental se refere a julgamentos que permitem que o ambiente ecológico atenda tanto às suas necessidades quanto ao processo de desenvolvimento econômico (Li, 2022). É pacífico o entendimento contemporâneo de que a humanidade tem criado uma grande quantidade de riqueza material, mas não tem tido o mesmo avanço em sustentabilidade ambiental (Wang *et al.*, 2022). Na pesquisa de Wang *et al.* (2022), o valor ambiental representou 6,6% da informação de 30 indicadores. Wang e Chen (2022) concluíram que o valor ambiental representa 11,31% da informação de 13 indicadores.

Dentre os indicadores ambientais, o HPI e o *Ecological Footprint per capita* (EFP) são considerados como aqueles que podem oferecer novas perspectivas que vão além do PIB per capita (Wang & Chen, 2022). Além disso, segundo Wang *et al.* (2022), a dimensão ecológica é formada basicamente pelo HPI, o qual é composto por Expectativa de Vida (EV), Bem-Estar (BE) e *Ecological Footprint per capita* (EFP).

Como visto, expectativa de vida e bem-estar são variáveis que podem expressar valores sociais, enquanto o EFP se torna relevante como uma expressão do valor ambiental por ter sido identificado como negativamente correlacionado com o PIBP e sugere que, atualmente, o progresso humano é baseado no consumo de massa dos recursos naturais, o que exerce forte pressão sobre o Planeta e traz uma influência adversa sobre o bem-estar subjetivo das pessoas (Wang & Chen, 2022).

Como se observa, o Valor Público tem sido defendido como aproximação de desempenho no setor público. Fica claro que o progresso pode ser medido a partir de uma ampla gama de indicadores associados com cada um a uma das três dimensões de resultado – econômico, social e ambiental (Elkington, 1998).

O desempenho no setor público, por sua vez, tem sido objeto de estudos que buscam explicar os seus determinantes. Considerando os estudos recentes, que são citados na próxima seção, elegeu-se a Teoria Institucional como plataforma teórica para explicar o desempenho dos países a partir da perspectiva do Valor Público.

2.3. FATORES INSTITUCIONAIS

As primeiras formulações da Teoria Institucional de vertente sociológica destacaram principalmente a natureza legitimada das regras institucionais, dos mitos e das crenças que influenciam a realidade social (DiMaggio & Powell, 1983; Rossetto & Rossetto, 2006). Além disso, enfocaram o processo pelo qual as organizações têm a propensão de incorporar valores e significados sociais (Rossetto & Rossetto, 2006).

Essa vertente institucional aborda os elementos mais fundamentais e duradouros da organização social (Scott, 2005). Ela examina os mecanismos pelos quais as estruturas sociais, como esquemas, regras, normas e rotinas, se configuram como orientações legitimadas para a conduta social (North, 1990; Scott, 2005). Explora a maneira como esses componentes são concebidos, disseminados, aceitos e ajustados ao longo do tempo e do espaço, além de analisar como eventualmente podem declinar e cair em desuso (Scott, 2005).

Assim, as organizações são influenciadas por pressões normativas, que por vezes são decorrentes de fontes externas, como o Estado, e outras vezes decorrentes de dentro da própria organização (Zucker, 1987). Segundo as premissas institucionais, as decisões não são tomadas sem a influência de referências sociais, sujeitas às normas, valores e perspectivas de mundo socialmente predominantes (Crubellate *et al.*, 2008).

Neste sentido, a perspectiva oferecida pela Teoria Institucional busca, além de entender o processo de legitimação de processos organizacional, identificar quais as consequências desses processos nos seus resultados (Meyer & Rowan, 1977; Rossetto & Rossetto, 2006; Zucker, 1987). Este entendimento é reforçado por Crubelatte (2007) ao afirmar que “(...) o institucionalismo mantém-se na tradição contingencialista de localizar no ambiente os elementos condicionantes da ação” (p. 202).

A compreensão da legitimidade institucional pode ser vista, por um lado, como um recurso estratégico que as organizações buscam adquirir, ao mesmo tempo em que representa um fator que limita a capacidade das organizações de alcançarem plenamente a racionalidade estratégica (Crubelatte *et al.*, 2008). Por outro lado, também pode ser percebida como um elemento que tanto é estruturado quanto estruturante na definição da eficiência estratégica, proporcionando assim duas possíveis abordagens para integrar a estratégia com a teoria institucional (Crubelatte *et al.*, 2008).

Compreender a legitimidade como um recurso estratégico que é buscado pelas organizações permite analisá-la também a luz da Visão Baseada em Recursos Legítimos. Essa visão compreende não só a influência de fatores institucionais no comportamento das organizações, como a consideração de recursos internos na tentativa de obtenção de vantagens estratégicas, esta última que deriva da abordagem trazida pela Visão Baseada em Recursos (Crubelatte *et al.*, 2008).

A Visão Baseada em Recursos concentra-se principalmente nas características internas, examinando o processo de aquisição, combinação e aplicação dos recursos da empresa. Esses recursos são descritos como bens ou *inputs* tangíveis e intangíveis que a organização possui, controla ou tem acesso de forma semipermanente (Crubelatte *et al.*, 2008). A Visão Baseada em Recursos representa uma perspectiva teórica que considera os recursos organizacionais em termos de sua relevância estratégica, percebendo-os como impulsionadores de vantagens competitivas duradouras (Crubelatte *et al.*, 2008).

Crubelatte *et al.* (2008) estabelecem uma conexão entre a Teoria Institucional e a Visão Baseada em Recursos ao destacarem que os recursos são valiosos apenas quando são interpretados como valiosos. Ou seja, “não somente o valor de um recurso, como também o próprio fato de algo ser considerado como recurso decorrem das dimensões cognitiva e institucional” (Crubelatte *et al.*, 2008, p. 16). Neste contexto, os recursos são concebidos como possuindo uma dimensão externa e objetiva, bem como uma dimensão intersubjetiva e simbólica. Isso decorre da natureza do fato de que

recursos e competências fazem parte da realidade socialmente construída (Crubelatte *et al.*, 2008).

De acordo com Crubelatte *et al.* (2008), tanto na Visão Baseada em Recursos quanto na Nova Teoria Institucional, a racionalidade nas decisões organizacionais é limitada por diversos fatores, de modo que tais fatores, internos ou externos, não são apenas considerados valiosos, mas têm o poder de restringir e até de moldar a tomada de decisão. Assim, fatores institucionais são entendidos como elementos internos e externos que influenciam no comportamento de uma organização (Hussain & Hoque, 2002; Klovienne, 2012).

Apesar de ancoradas nas teorias organizacionais, a abordagem de pesquisa pela busca de fatores institucionais também tem sido observada no setor público (e.g. Panayides *et al.*, 2015; Poniatowicz *et al.*, 2020). Neste sentido, foram formuladas hipóteses, baseadas na Teoria Institucional e relacionada ao aspecto da Visão Baseada em Recursos, para fatores ou recursos capazes de influenciar na criação de valor público pelos países.

Assim, uma possível fonte de recursos que pode afetar o desempenho de um país, como visto, é o seu tamanho, em termos de população. O crescimento em tamanho tem permitido, no caso de organizações do setor privado, melhorar a eficiência, o que fornece oportunidades de especialização e divisão do trabalho (Chenhall, 2003).

Sell *et al.* (2019) estudaram os municípios do Estado de Santa Catarina e concluíram que o porte organizacional, medido pela densidade populacional possui relação positiva com o desempenho municipal, medido pela receita corrente líquida *per capita*, mas que a população possui relação negativa com essa métrica de desempenho. Fiirst e Beuren (2021), ao analisarem o desempenho socioeconômico de municípios do Estado do Paraná, constataram que o tamanho, medido pela população e pela receita municipal, possui relação positiva com o desempenho. Woods (2009) empregou um estudo de caso na Câmara da Cidade de Birmingham e verificou que o sistema de controles internos é contingente ao tamanho da organização, medido pela sua quantidade de funcionários. O tamanho medido pela população também influencia no desenvolvimento de *smart cities* no Brasil (Rabito *et al.*, 2022), enquanto a adoção bem-sucedida das *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS* pelos países sofre influência do tamanho da população e do tamanho do Ativo divulgado nas demonstrações financeiras (Mnif & Gafsi, 2020).

H1: uma maior população influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.

Outra fonte de recursos comumente considerada como relacionada ao desempenho é o nível de complexidade econômica de um país. De maneira geral, tecnologia diz respeito a como funcionam os processos de trabalho de uma organização e inclui *hardware*, materiais, pessoas, *software* e conhecimento (Chenhall, 2003). Três tipos genéricos de tecnologia podem ser identificados: complexidade, incerteza de tarefas e interdependência (Chenhall, 2003).

Segundo Li *et al.* (2021), a complexidade econômica, medida pelo índice de complexidade econômica, é positivamente associada com a emissão de CO₂ baseada no consumo em países exportadores. Mudanças estruturais que levam os países de uma economia agrícola para uma produção mais moderna têm um efeito direto no meio ambiente, promovendo um crescimento exponencial no consumo de combustíveis fósseis e nas emissões de CO₂ (Li *et al.*, 2021). A transição para uma economia mais complexa exige um consumo crescente de energia, o que resulta num crescimento de emissões de CO₂ e deterioração ambiental (Li *et al.*, 2021).

Já segundo Boleti *et al.* (2021), atingir maiores níveis de complexidade econômica leva a um melhor desempenho ambiental geral. Apesar disso, o efeito da complexidade econômica na qualidade do ar é negativo (Boleti *et al.*, 2021). A complexidade econômica captura informações sobre o nível de desenvolvimento de uma economia que são relevantes para as formas como essa economia gera e distribui renda (Hartmann *et al.*, 2017). A estrutura de complexidade de uma economia pode também limitar a amplitude de desigualdade de renda nela (Hartmann *et al.*, 2017).

H2: um maior nível de complexidade econômica influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.

O nível de liberdade econômica de um país pode exercer influência sobre seu desempenho. As estratégias adotadas por estados nacionais tais como tamanho do governo, apropriações e tributação discriminatória, e liberdade do mercado de trabalho podem exercer influência sobre o capital social (Jackson *et al.*, 2015) e sobre o crescimento econômico (Williamson, 2000; Williamson & Mathers, 2011). Jackson *et al.* (2015) investigaram a relação entre o índice de liberdade econômica e o capital

social nos estados norte-americanos entre 1986 e 2004 e concluíram que não existe *trade-off* entre liberdade econômica e capital social. Williamson e Mathers (2011) pesquisaram como liberdade econômica e cultura impactam o crescimento econômico dos países, e concluíram que a liberdade econômica contribui para o crescimento (Williamson & Mathers, 2011).

Ahmed *et al.* (2023) analisaram a relação entre liberdade econômica e crescimento em Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka entre 1995 e 2021, e constataram que a liberdade econômica tem um efeito forte e favorável no crescimento. Graafland (2023) pesquisou a relação entre liberdade econômica e a satisfação de vida, mediada pela autonomia individual, por meio de uma amostra de 238.944 indivíduos de 78 países no período de 1990 a 2020. Os resultados evidenciaram que existe uma relação entre liberdade econômica e satisfação de vida, a qual é mediada pela autonomia individual (Graafland, 2023).

H3: um maior nível de liberdade econômica influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.

O sucesso e o fracasso dos países também podem ser atribuídos à qualidade da governança praticada pelos seus governos (Rodrick, 2000; Wang *et al.*, 2022). Nesse sentido, governança diz respeito às tradições e instituições pelas quais a autoridade é exercida em um país, os processos pelos quais os governos são eleitos, monitorados e substituídos, a capacidade desses governos para formular e implementar políticas efetivas, e o respeito às instituições que governam as interações sociais e econômicas entre cidadãos e Estado (Kaufmann *et al.*, 2009).

Dima *et al.* (2013), ao analisarem os dados de 27 estados membros da União Europeia entre 2000 e 2010, constaram que uma maior qualidade das políticas públicas e das instituições resultaram em uma maior produção econômica (medida pela renda nacional per capita). A eficácia das políticas públicas, a eficiência dos mecanismos de *enforcement* legal, proteção aos direitos de propriedade, controle da corrupção, e o envolvimento dos cidadãos nas decisões públicas contribuem para a criação de um ambiente social orientado ao crescimento (Dima *et al.*, 2013).

Segundo Panayides *et al.* (2015), existe uma relação significativa entre o sucesso de PPP's portuárias e fatores institucionais relacionados à governança, como por exemplo a qualidade regulatória. Tarek e Ahmed (2017) estudaram a relação entre

qualidade institucional e dívida pública em 17 países da *Middle East and North Africa – MENA*. Utilizando-se do *Worldwide Governance Index* (WGI), os pesquisadores concluíram que baixos índices de estabilidade política e ausência de violência, qualidade regulatória e estado de direito estão relacionados com um maior acúmulo de dívida pública (Tarek & Ahmed, 2017). Além disso, os resultados sugeririam um impacto indireto da má governança na diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto (Tarek & Ahmed, 2017).

Para Poniatowicz *et al.* (2020), existe uma relação positiva e significativa entre as dimensões de qualidade de governança medidas no WGI e o ritmo de crescimento econômico em 28 estados membros da União Europeia. Mais especificamente, as dimensões Voz e *Accountability*, Estabilidade Política, Eficácia do Governo, Qualidade Regulatória, Estado de Direito e Controle de Corrupção são positivamente relacionados com o crescimento econômico, enquanto Estabilidade Política mostrou não estar correlacionada com essa métrica de desempenho (Poniatowicz *et al.*, 2020).

Segundo Alsaleh *et al.* (2021), a indústria de bioenergia nos países europeus pode crescer significativamente ao se aprimorar a qualidade da governança, medida pelo *Worldwide Governance Index*. Mais precisamente a eficácia do governo, o estado de direito, a qualidade regulatória e a liberdade de expressão e representatividade (*voice and accountability*) estão relacionados ao crescimento da indústria de bioenergia (Alsaleh *et al.*, 2021).

Byükoglu *et al.* (2021), ao pesquisarem 22 países emergentes incluídos no *MSCI Emerging Markets Index*, concluíram que níveis mais altos de governança dos países, medida pelo WGI, estão relacionados a um sistema bancário mais forte e estável, significando um menor nível de *non-performing loans*. Além disso, uma alta percepção de governança tem um impacto significativo nas receitas de turismo desses países (Detotto *et al.*, 2021). A habilidade dos governos de formular e implementar políticas efetivamente tem um impacto positivo e significativo no turismo (Detotto *et al.*, 2021). A efetividade do governo e a qualidade regulatória possuem uma relação positiva com as receitas de turismo dos países (Detotto *et al.*, 2021).

Boas práticas de governança, como a promoção da *accountability*, ajudam a construir um ambiente de legitimidade propício à criação de valores públicos (Dallagnol *et al.*, 2022). Além disso, interações em rede de atores que trocam recursos baseados em sistemas de confiança mútua proporcionam condições favoráveis à criação desses valores públicos (Papi *et al.*, 2018).

H4: um maior nível de governança influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.

Fatores relacionados às finanças públicas também podem estar relacionados ao desempenho de governos. Um dos principais elementos são o nível de dívida. Megersa e Cassimon (2015) identificaram que um maior nível de dívida exerce um efeito negativo no crescimento econômico de países com menor qualidade da gestão pública, ao passo que países com maior qualidade da gestão pública apresentam uma relação positiva entre dívida e crescimento econômico. Zaghdoudi (2018) apontou uma relação positiva entre tamanho da dívida externa e desenvolvimento humano de países em desenvolvimento. Baidoo *et al.* (2021) demonstraram que a dívida do governo exerceu influência negativa no crescimento econômico de Gana.

Segundo Boly *et al.* (2022), a dívida pública e a dívida ambiental (refletindo a concentração de CO₂) tendem a ser interligadas a longo prazo e frequentemente atuam substitutas no curto prazo. Adicionalmente, evidências empíricas confirmam essas previsões, destacando que um incremento de 1% na dívida pública resulta em um aumento de 0,74% na emissão acumulada de CO₂ *per capita* ao longo do tempo (Boly *et al.*, 2022).

H5: um maior nível de endividamento influencia positivamente no Valor Público criado pelos países.

Outro fator relacionado às finanças públicas que pode impactar no desempenho de governos é o gasto primário. Tendo como enfoque o crescimento econômico, a revisão de literatura efetuada por Nyasha e Odhiambo (2019) indicou que o impacto do gasto público no desenvolvimento econômico ainda é inconclusivo, havendo resultados evidenciando relações positivas e negativas, com maior tendência a apresentar resultados positivos. Com resultados positivos, menciona-se o estudo de Sasmal e Sasmal (2016), em que se identificou influência positiva do gasto público no desenvolvimento econômico, principalmente quando este gasto é direcionado para a infraestrutura, trazendo ainda reflexos na diminuição da pobreza. Já Sáez *et al.* (2017) observaram uma influência negativa do gasto público no crescimento econômico de países da União Europeia. Segundo Arvin *et al.* (2021), existe uma relação mutuamente

positiva entre os gastos reais do governo e o crescimento económico no Sul do Cáucaso, ao mesmo tempo em que foi encontrada causalidade bidirecional de curto e longo prazo.

H6: um maior gasto primário influencia positivamente no valor público criado pelos países.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à natureza, esta pesquisa é classificada como quantitativa, visto que, para alcançar seu objetivo, o pesquisador irá organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar dados numéricos coletados, ou seja, os dados serão tratados por meio da aplicação de métodos e técnicas estatísticas (Martins & Theóphilo, 2016). Nesse tipo de pesquisa, formula-se um problema de estudo delimitado e concreto e, a partir disso, constrói-se um marco teórico, do qual são derivadas as hipóteses da pesquisa (Sampieri *et al.*, 2013). Utiliza-se, portanto, o raciocínio dedutivo, que, a partir da teoria, derivam-se expressões lógicas denominadas hipóteses que se buscam testar (Sampieri *et al.*, 2013).

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como descritiva, visto que se pretende descrever os fenômenos aqui estudados, como são e se manifestam (Sampieri *et al.*, 2013). Os estudos descritivos têm como objetivo especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise (Sampieri *et al.*, 2013), além de identificar possíveis relações entre variáveis (Gil, 2017).

Em relação aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental. A pesquisa documental tem como característica a coleta de documentos como fonte de dados, informações e evidências (Martins & Theóphilo, 2016). Os documentos podem ser escritos ou não, tais como: diários, documentos arquivados, gravações, correspondências, fotografias, filmes, mapas etc. (Martins & Theóphilo, 2016). Dentre os documentos mais utilizados nas pesquisas estão, entre outros, os registros estatísticos (Gil, 2017).

3.2. VARIÁVEIS DA PESQUISA E AMOSTRA

A Tabelas 1 e 2 apresentam as variáveis utilizadas para a investigação, definidas a partir da revisão de literatura pertinente aos temas. Em primeiro lugar, apresenta-se na Tabela 1 as variáveis que compuseram a variável dependente do modelo de análise, que nesta Pesquisa será denominado Índice de Valor Público (IVP).

Tabela 1*Variáveis que Formam o IVP*

Categorias	Variáveis	Fonte	Referências
Econômico	Produto Interno Bruto per capita (PIBPC)	Banco Mundial	Wang <i>et al.</i> (2022); Wang & Chen (2022); Li (2022)
Social	Expectativa de vida ao nascer (EV)	Banco Mundial	Wang <i>et al.</i> (2022); Wang & Chen (2022)
	Bem-estar (<i>Ladder of life - Wellbeing</i>) (BE)	Happy Planet Index	Wang <i>et al.</i> (2022); Wang & Chen (2022)
	<i>Ecological Footprint per capita</i> (EFP)	Happy Planet Index	Wang <i>et al.</i> (2022); Wang & Chen (2022) ; Li (2022)
Ambiental	Emissão de CO ₂ per capita (CO ₂)	Banco Mundial	Wang <i>et al.</i> (2022)

O Produto Interno Bruto *per capita* (PIBPC) foi coletado no portal eletrônico do Banco Mundial, e representa o produto interno bruto dividido pela população média anual do país (Banco Mundial, 2023). O PIB surgiu entre os anos 1930 e 1940 após a Grande Depressão, e é entendido como uma das formas mais representativas de mensuração do bem-estar econômico e do progresso social de países (Wang & Chen, 2022).

A Expectativa de Vida ao Nascer (EV) também foi coletada no portal eletrônico do Banco Mundial, e indica o número de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade prevalecentes no momento de seu nascimento prevalecessem os mesmos ao longo de sua vida (Banco Mundial, 2023).

O Bem-Estar (BE) é coletado pelo *Gallup World Poll* e foi obtido para esta investigação no *site Happy Planet Index*. Para mensurar o bem-estar, o *Gallup World Poll* realiza um levantamento em que se pede para as pessoas imaginarem uma escada com 10 passos numerados de zero a dez, em que o topo da escada representa a melhor vida que a pessoa poderia ter, e a base da escada, a pior, e após isso, os respondentes devem classificar em que degrau eles sentem que se encontram naquele momento (Happy Planet Index, 2021).

O *Ecological Footprint per capita* (EFP) é produzido pelo *Global Footprint Network* e é compilado pelo *Happy Planet Index*, de onde o dado foi coletado nesta pesquisa. Representa a quantidade média de terra necessária, por habitante, para sustentar os padrões de consumo típicos de um país (*Happy Planet Index*, 2021). Este

indicador foi produzido para a maioria dos países até 2017 (*Happy Planet Index*, 2021). Para aquele ano, entretanto, cinco países precisaram ter seus dados estimados: Hong Kong, Islândia, Taiwan, Vanuatu e Uruguai. Para a estimação, a *New Economics Foundation* gerou modelos preditivos que utilizaram regressão linear do EFP, considerando-se os demais países que tiveram os dados disponíveis (*Happy Planet Index*, 2021).

Para os anos de 2018 a 2020, não há dados do EFP. No entanto, como o CO₂ é o principal componente do EFP, a *New Economics Foundation* utilizou as variações no CO₂ para cada país durante o tempo para estimar as variações no EFP (*Happy Planet Index*, 2021). Por esse motivo, mantém-se tanto o EFP quanto o CO₂ na base de dados para fins do procedimento de análise fatorial. O CO₂ foi coletado no portal eletrônico do Banco Mundial, e representa as emissões de dióxido de carbono que são provenientes da queima de combustíveis fósseis e da fabricação de cimento (Banco Mundial, 2023).

Vale ressaltar aqui que, como o HPI é um índice composto por três variáveis (Expectativa de Vida, Bem-Estar - *Ladder of Life* e *Ecological Footprint*) que incluem tanto aspectos sociais quanto ambientais, nesta pesquisa suas variáveis foram utilizadas separadamente, conforme exposto na Tabela 1. Essa estratégia permitiu avaliar a relação entre elas e as demais variáveis representativas de valores públicos, bem como identificar separadamente o quanto cada variável contribui para a estimação dos valores públicos.

As variáveis utilizadas para representar os fatores institucionais analisados, em consonância ao que consta no referencial teórico, são as descritas na Tabela 2.

Tabela 2

Fatores Institucionais

Variáveis	Fonte	Referência
Logaritmo Natural da População (LOGPOP)	Banco Mundial	Mnif & Gafsi (2020); Fiirst & Beuren (2021) ; Rabito <i>et al.</i> (2022)
<i>Economic Complexity Index</i> (ECI)	The Observatory of Economic Complexity	Li <i>et al.</i> (2021)
<i>Economic Freedom Index</i> (EFI)	Fraser Institute	Jackson <i>et al.</i> (2015); Williamson & Mathers (2011)
Governança (GOV)	World Governance Indicators	Dima <i>et al.</i> (2013); Tarek e Ahmed (2017); Alsaleh <i>et al.</i> (2021); Byükoglu <i>et al.</i> (2021); Detotto <i>et al.</i> (2021); Silva <i>et al.</i> (2022)

Endividamento (DEBT)	Fundo Monetário Internacional	Megersa & Cassimon (2015); Zaghdoudi (2018); Baidoo <i>et al.</i> (2021); Boly <i>et al.</i> (2022)
Gasto Primário (PrimExp)	Fundo Monetário Internacional	Nyasha & Odhiambo (2019); Sasmal & Sasmal (2016); Sáez <i>et al.</i> (2017); Arvin <i>et al.</i> (2021)

O tamanho é aqui representado pelo Logaritmo Natural da População total do país (LOGPOP), incluindo todos os residentes, independentemente do *status* legal ou cidadania. Os dados relativos à população foram coletados no portal eletrônico do Banco Mundial. O *Economic Complexity Index* (ECI) mede a complexidade expressa na localidade dos pedidos de patentes, ou seja, mostra a capacidade de uma nação de produzir inovações patenteáveis complexas (The Observatory of Economic Complexity, 2023). O ECI mostrou prever impactos relevantes, incluindo o nível de riqueza de uma comunidade, progresso econômico, desigualdade de renda e emissões de gases de efeito estufa (Li *et al.*, 2021).

O *Economic Freedom Index* (EFI) mede amplamente a segurança dos direitos de propriedade privada e o acesso de empresas e indivíduos a mercados competitivos (Jackson *et al.*, 2015). O EFI mede a liberdade econômica utilizando 42 componentes diferentes, em uma escala de zero a dez, sendo dez o maior grau de liberdade (Williamson & Mathers, 2011). Esses 42 componentes podem ser agrupados em cinco grandes categorias: tamanho do governo, política monetária e estabilidade de preços, estrutura legal e segurança da propriedade privada, liberdade de comércio com estrangeiros e regulamentação do crédito, trabalho e negócios (Williamson & Mathers, 2011).

Para representar a governança dos países, foram utilizados os *World Governance Indicators* (WGI), do Banco Mundial. Esses indicadores medem seis dimensões de governança: voz e *accountability*; estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo; efetividade do governo; qualidade regulatória; estado de direito; e controle de corrupção (Kaufmann *et al.*, 2009). Eles cobrem 212 países e territórios, e são baseados em centenas de variáveis individuais que medem as percepções de governança, extraídas de 35 bases de dados separadas, construídas por 33 organizações diferentes de todo o mundo (Kaufmann *et al.*, 2009).

A dimensão *Voz e Accountability* captura percepções da extensão na qual os cidadãos de um país são capazes de participar na escolha de seus governos, assim como liberdade de expressão, de associação e mídia livre (Kaufmann *et al.*, 2009). Enquanto a

dimensão Estabilidade Política e Ausência de Violência ou Terrorismo mensura as percepções da probabilidade de que o governo seja deposto por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo-se a violência por motivações políticas e terrorismo (Kaufmann *et al.*, 2009).

A dimensão Efetividade do Governo captura as percepções da qualidade dos serviços e o seu nível de independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com essas políticas (Kaufmann *et al.*, 2009). Já a dimensão Qualidade Regulatória captura as percepções da habilidade do governo de formular e implementar políticas e regulações robustas que permitem e promovem o desenvolvimento do setor privado (Kaufmann *et al.*, 2009).

A dimensão Estado de Direito mede as percepções da extensão na qual agentes confiam e cumprem as regras da sociedade, e em particular a qualidade de execução dos contratos, direitos de propriedade, política e tribunais, assim como a probabilidade de crime e violência. Por fim, a dimensão Controle de Corrupção captura as percepções da extensão na qual o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, assim como “captura” do estado pelas elites e por interesses privados (Kaufmann *et al.*, 2009).

As seis variáveis citadas que representam dimensões de governança foram utilizadas nesta Pesquisa como uma única variável, denominada Governança (GOV). A variável GOV foi obtida por meio de Análise Fatorial, em que foram analisadas as correlações entre elas e gerado um escore fatorial. Esse escore fatorial representou, portanto, a quantificação do Nível de Governança para cada país em cada período analisado, procedimento semelhante ao utilizado por Dima *et al.* (2013) para estimar a relação entre qualidade de governança e o resultado econômico de 27 países da União Europeia entre 2000 e 2010.

Os dados utilizados na análise fatorial para a formação da variável GOV não apresentaram normalidade multivariada ($H_z = 7,096169$, $p\text{-valor} < 0,000$). O Teste de Bartlett indicou que existem correlações significativas para a formação de fatores ($\chi^2 = 6094,136$, $p\text{-valor} < 0,000$). O fator de adequação de Kaiser-Meyer-Olkin apresentou um MSA geral de 0,9. Foi utilizado o método dos mínimos resíduos para a extração de fatores e o Oblimin como método de rotação. A análise apresentou um único fator. As cargas fatoriais apresentadas foram: Estado de Direito = 1,00; Controle de Corrupção =

0,98; Qualidade Regulatória = 0,96; Efetividade de Governo = 0,94; Voz e *Accountability* = 0,87; Estabilidade Política = 0,79.

A variável Endividamento (DEBT) foi coletada na base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e representa a dívida bruta do governo geral. Esse endividamento é composto por todas as obrigações que exigem pagamento futuro de juros e/ou principal do devedor ao credor. Isto inclui passivos de dívida sob a forma de direitos de saque especiais, moeda e depósitos; títulos de dívida; empréstimos; pensões e regimes de garantia padronizados; e outras contas a pagar (Fundo Monetário Internacional, 2024). Por fim, a variável Gasto Primário (PRIMEXP) foi também foi coletada na base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e representa o gasto do governo excluindo-se a despesa líquida com juros (despesa com juros menos receita com juros) (Fundo Monetário Internacional, 2024).

A amostra da pesquisa consiste em 43 países. Inicialmente, 90 países possuíam dados disponíveis para o período analisado. A primeira exclusão teve como objeto os países que não tinham pelo menos uma variável sem nenhum dado disponível. Após a primeira exclusão, restaram 52 países. Na segunda exclusão, foram excluídos os países que não tinham pelo menos 10 anos de dados para cada variável, pois, ao se manter apenas os países com um número substancial de observações, permite-se uma melhor identificação dos efeitos fixos e aleatórios, bem como uma estimativa mais precisa dos parâmetros do modelo. Após a segunda exclusão, restaram 43 países.

A análise corresponde ao período de 2006 a 2019, tendo em vista o início da mensuração do HPI no ano de 2007 e de que considerável parcela dos países da amostra só teve seus dados divulgados no HPI até 2019, além do fato de que os dados relativos à emissão de CO₂ divulgados pelo Banco Mundial só estarem disponíveis até o ano de 2019. A Tabela 3 evidencia os países que estão presentes na amostra.

Tabela 3

Amostra da Pesquisa

Alemanha	Eslovênia	Israel	Suécia
Austrália	Espanha	Itália	Suíça
Áustria	Estados Unidos	Japão	Tailândia
Bélgica	Filipinas	Malásia	Ucrânia
Brasil	Finlândia	Moldávia	
Bulgária	França	Noruega	
Canadá	Geórgia	Panamá	

Chile	Grécia	Perú
China	Holanda	Polônia
Colômbia	Hungria	Portugal
Costa Rica	Índia	Reino Unido
Croácia	Indonésia	República Eslovaca
Dinamarca	Irlanda	Rússia

3.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O tratamento e a análise de dados foram realizados a partir das seguintes etapas: (1) análise fatorial; (2) regressão para dados em painel; e (3) regressão quantílica.

A primeira etapa consistiu na realização de análise fatorial, em que o PIBPC (Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022; Li, 2022), EV (Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022), BE (Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022), EFP (Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022; Li, 2022) foram analisados, o índice de valor público foi formado e os indicadores tiveram seus pesos atribuídos a partir de suas cargas fatoriais.

Como se nota, esta pesquisa selecionou um conjunto já reduzido de variáveis que se mostraram capazes de trazer novas informações que vão além do PIB e são candidatas a expressarem a criação de valores públicos mais amplos que vão além do aspecto econômico (Wang *et al.*, 2022; Wang & Chen, 2022). Por isso, a análise fatorial desempenha um importante papel nesta pesquisa, que diz respeito à estimação dos valores públicos criados a partir dos escores fatoriais obtidos, possibilitando a sua redução a uma única variável. Esses escores foram utilizados, portanto, como variável dependente de análise, o que viabilizou a estimação do impacto dos fatores institucionais.

Segundo Hair *et al.* (2009), uma vez que as variáveis estejam especificadas, o pesquisador deve decidir o método de extração de fatores que será utilizado (análise de componentes principais ou análise de fatores comuns). A análise de componentes principais geralmente é utilizada com o objetivo de resumir a maior parte da informação original (variância) a um número mínimo de fatores para fins de previsão (Hair *et al.*, 2009). A análise de fatores comuns, por sua vez, deve ser utilizada quando o objetivo é identificar fatores ou dimensões latentes que refletem o que as variáveis têm em comum (Hair *et al.*, 2009). Como dito anteriormente, nesta Pesquisa já está sendo utilizado um conjunto reduzido de variáveis e, como o primeiro objetivo de pesquisa é a estimação de

um indicador de valor público, pretende-se aqui identificar fatores latentes que formam o valor público. Por isso, utilizou-se nesta Pesquisa a análise de fatores comuns.

O método de rotação utilizado foi o Oblimin, tendo em vista que o método de rotação oblíqua tende a ser mais realista que o ortogonal, já que os fatores inerentes que não são supostos sem correlação entre si (Hair *et al.*, 2009). Entende-se, portanto, que a solução oblíqua fornece informações sobre a real correlação entre os fatores (Hair *et al.*, 2009).

Na etapa 2 foi aplicado um modelo longitudinal de regressão para dados em painel, em que o indicador de valor público consiste na variável dependente e os fatores institucionais são as variáveis independentes. Esta técnica foi selecionada visto que os modelos longitudinais de regressão em dados em painel possuem como principal vantagem permitir a análise das diferenças existentes em determinado fenômeno entre indivíduos em cada *cross-section*, além de permitir a análise da evolução temporal deste mesmo fenômeno para cada indivíduo (Fávero & Belfiore, 2017). O estudo das relações desta etapa foi operacionalizado por meio do modelo discriminado na equação abaixo:

$$VP_{it} = \beta_0 + \beta_1 GOV_{it} + \beta_2 LOGPOP_{it} + \beta_3 EFI_{it} + \beta_4 ECI_{it} + \beta_5 DEBT_{it} + \beta_6 PrimExp_{it} + \varepsilon$$

Foi aplicada uma análise de dados em painel desbalanceado, tendo em vista que nem todas as variáveis têm dados divulgados para todos os países durante todo o período analisado, que vai de 2006 a 2019.

Por fim, na etapa 3 foi aplicado um modelo de regressão quantílica, em que mais uma vez o indicador de valor público consistiu na variável dependente e os fatores institucionais nas variáveis independentes. Segundo Fávero e Belfiore (2017), esses modelos possibilitam a caracterização de toda a distribuição condicional da variável dependente, utilizando variáveis explicativas específicas. Isso ocorre devido à obtenção de diferentes estimativas de parâmetros para vários percentis, os quais podem ser entendidos como variações no comportamento da variável dependente diante de mudanças nas variáveis explicativas em diferentes pontos ao longo da distribuição condicional da primeira (Fávero & Belfiore, 2017).

Essa característica representa uma vantagem significativa desses modelos em comparação com os modelos de regressão à média estimados através do método de mínimos quadrados ordinários (Fávero & Belfiore, 2017). Além disso, segundo Fávero

e Belfiore (2017), enquanto a estimação dos modelos por mínimos quadrados ordinários minimiza a soma dos quadrados dos resíduos, a estimação dos modelos de regressão quantílica minimiza a soma ponderada dos resíduos absolutos.

Ainda, como são analisados quantis (decis, percentis, quartis etc.), a análise não é impactada pela presença de *outliers* (Fávero & Belfiore, 2017). Isso é uma vantagem significativa em relação aos modelos de regressão à média, pois essa medida sofre a influência da inclusão de valores extremados na base de dados. Uma outra vantagem dos modelos de regressão quantílica é que eles não têm como pressuposto a existência de normalidade dos resíduos, o que permite que eles possam ser utilizados alternativamente aos modelos estimados pelo método de mínimos quadrados ordinários (Fávero & Belfiore, 2017).

Portanto, a estimação de um modelo de regressão quantílica oferece ganhos para a Pesquisa pois, ao possibilitar o estudo do comportamento das variáveis independentes ao longo de vários quantis da variável dependente, permite analisar como que cada fator institucional contribui para a criação de valor público ao longo dos quantis do IVP, dado que uma amostra que envolve países envolverá, inevitavelmente, observações com perfis de desenvolvimento distintos, inclusive com a possível presença de *outliers* para diferentes variáveis. Por isso, torna-se interessante a análise dessas relações a partir um modelo que permita identificar diferentes relações para diferentes níveis de desempenho segundo o IVP e que não sofra perturbações de *outliers*.

A etapa 1, em que foi realizada a análise fatorial exploratória foi operacionalizada por meio software R. 4.3.1, utilizando-se o pacote psych. As etapas 2 e 3, em que foram estimados os modelos de regressão longitudinal de dados em painel e regressão quantílica, respectivamente, foram operacionalizados por meio do software Stata/BE 18.0. O protocolo de análise de regressão para dados em painel será o descrito na Tabela 4.

Tabela 4*Protocolo de Análise da Pesquisa*

Procedimento	Descrição	Referência
Análise descritiva dos dados	Análise da média, desvio-padrão, mediana, quartis e amplitude	Fávero & Belfiore (2017)
Confeção e análise de matriz de correlações	Análise das correlações entre as variáveis que formação o IVP	Hair <i>et al.</i> (2009)
Análise Fatorial		
Normalidade multivariada dos dados	Teste de Henze-Zirkler para avaliar a probabilidade de os dados da amostra serem provenientes de uma população cuja distribuição é normal multivariada	Hair <i>et al.</i> (2009)
Avaliação da correlação entre as variáveis	Teste de esfericidade de Bartlett para avaliar se a matriz de correlação dos dados é diferente de uma matriz identidade	Hair <i>et al.</i> (2009)
Análise dos valores de adequação da amostra	Cálculo das medidas de adequação da amostra (MSA) para o conjunto dos dados e para cada variável, a partir do teste Kaiser-Meyer-Olkin	Hair <i>et al.</i> (2009)
Análise dos fatores, cargas fatoriais e escores fatoriais.	Cálculo das cargas fatoriais para identificar quais fatores são formados a partir das variáveis estudadas, além da estimação de escores para cada país em cada ano de análise	Hair <i>et al.</i> (2009)
Análise longitudinal de regressão para dados em painel		
Análise das correlações entre as variáveis	Elaboração de uma matriz de correlações para a análise das correlações bivariadas existentes entre as variáveis que compõem os modelos de regressão	Fávero & Belfiore (2017)
Estimação do modelo <i>pooled ordinary least squares</i> (POLS)	Estimação do modelo longitudinal de regressão que considera a base de dados como sendo uma grande <i>cross-section</i> , estimando os parâmetros por meio do método de mínimos quadrados ordinários	Fávero & Belfiore (2017)
Estimação do modelo de efeitos fixos	Estimação do modelo longitudinal de regressão que considera a existência de efeitos individuais que representam a heterogeneidade entre os indivíduos e capturam suas diferenças invariantes no tempo	Fávero & Belfiore (2017)

Estimação do modelo de efeitos aleatórios	Estimação do modelo longitudinal de regressão que captura os efeitos individuais entre indivíduos e apresenta variações do erro dentro dos próprios indivíduos	Fávero & Belfiore (2017)
Comparação dos estimadores dos modelos obtidos por POLS e por efeitos aleatórios	Teste Lagrange multiplier de Breusch-Pagan para avaliar se a variância entre países é igual a zero	Fávero & Belfiore (2017)
Comparação dos estimadores dos modelos obtidos por POLS e por efeitos fixos	Teste F de Chow para avaliar se os efeitos individuais dos países são iguais a zero	Fávero & Belfiore (2017)
Comparação dos estimadores dos modelos obtidos por efeitos fixos e por efeitos aleatórios	Teste de Hausman para avaliar se os efeitos individuais são aleatórios e, portanto, existe similaridade (consistência) entre os parâmetros estimados por efeitos fixos e por efeitos aleatórios.	Fávero & Belfiore (2017)
Análise da normalidade dos resíduos	Teste de Shapiro-Francia para os resíduos da regressão, a fim de que seja avaliado o pressuposto da normalidade dos resíduos	Fávero & Belfiore (2017)
Análise da multicolinearidade	Cálculo da estatística VIF para cada variável independente do modelo para o diagnóstico da multicolinearidade	Fávero & Belfiore (2017)
Análise da heterocedasticidade	Teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg para avaliar se a variância dos termos de erro é constante (erros homocedásticos) ou não (erros heterocedásticos)	Fávero & Belfiore (2017)
Análise da autocorrelação dos resíduos	Teste de Durbin-Watson para avaliar a existência de autocorrelação dos resíduos	Fávero & Belfiore (2017)
Estimação do modelo de regressão quantílica	Estimar os percentis da variável dependente, condicionais aos valores das variáveis explicativas. Deseja-se pesquisar, neste caso, diferentes comportamentos das variáveis explicativas para distintos percentis da distribuição na variável dependente.	Fávero & Belfiore (2017)

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. ÍNDICE DE VALOR PÚBLICO (IVP)

Nesta seção, são apresentados os resultados da estimação do IVP, a qual foi realizada por meio de análise fatorial. Apresenta-se inicialmente na Tabela 5 a análise descritiva das variáveis envolvidas nesta etapa.

Tabela 5

Análise Descritiva: Componentes do IVP

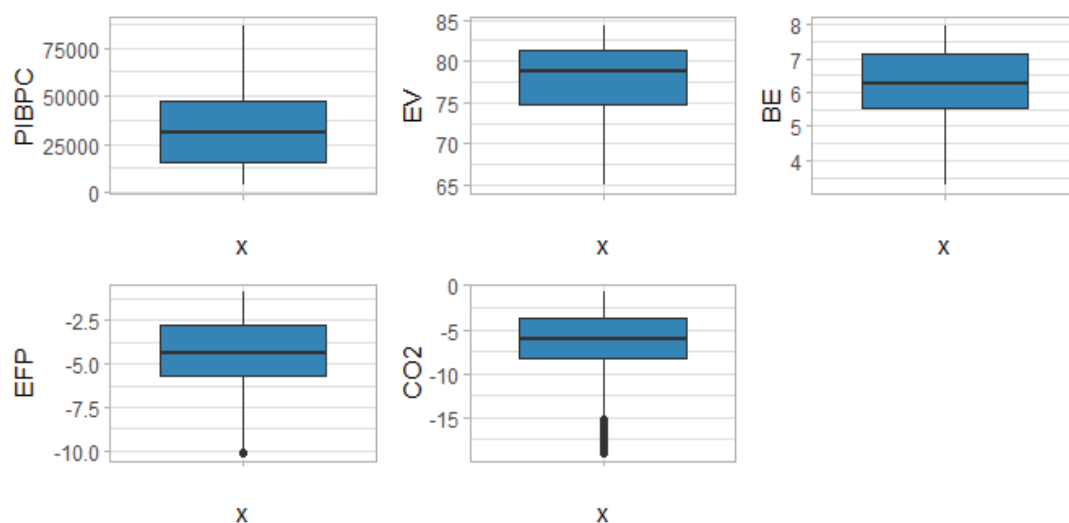
Variável	Nº de Observações	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Mediana	Mínimo	Máximo
PIBPC	575	32.261,35	17.562,40	54,44%	31.039,07	3.453,11	86.650,00
EV	575	77,68	4,43	5,70%	78,79	64,92	84,36
BE	575	6,24	1,00	16,03%	6,24	3,25	7,97
EFP	575	-4,39	1,92	-43,74%	-4,41	-10,12	-0,91
CO2	575	-6,38	3,87	-60,66%	-6,05	-19,04	-0,79

A partir das estatísticas descritivas das variáveis apresentadas na Tabela 5, é possível observar que PIBPC, EFP e CO₂ são variáveis com alta heterogeneidade entre os países. Essa heterogeneidade é indicada pelo Coeficiente de Variação (PIBPC = 54,44%; EFP = 43,74%; e CO₂ = -60,66%). EV, por sua vez, mostra-se a variável mais homogênea, enquanto BE possui um coeficiente de variação de 16,03%. Essa alta dispersão entre as variáveis demonstra o quanto o desempenho dos países analisados difere entre eles. Essa alta dispersão demonstrada na Tabela 5 é um indício da necessidade de estimação de um modelo de regressão quantílica para a análise das hipóteses de pesquisa.

Na Figura 1, abaixo, é possível analisar a dispersão das variáveis que formarão o IVP:

Figura 1

Dispersão das Variáveis Representativas de Valor Público

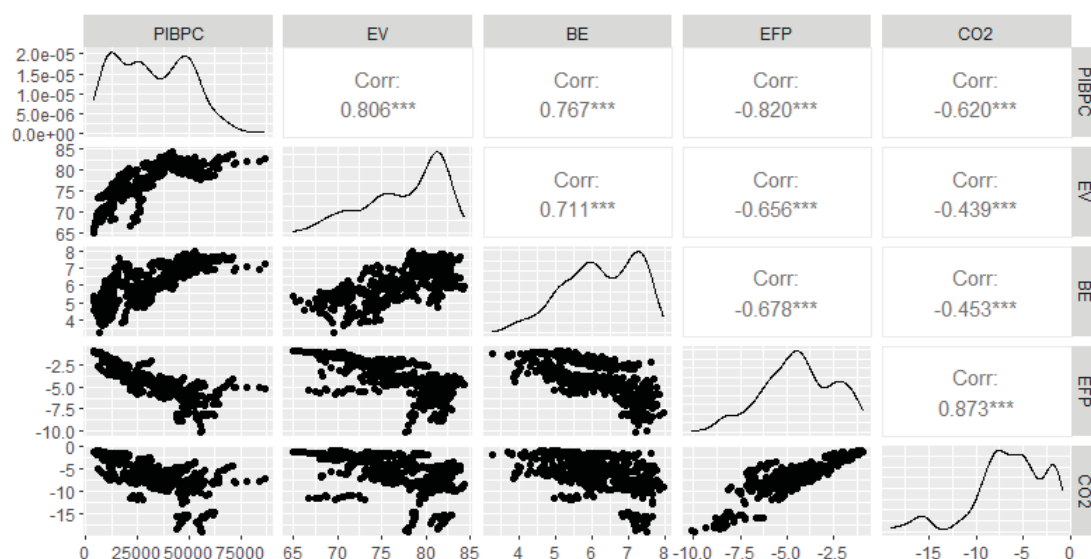


Observa-se, por meio da Figura 1, que, exceto pelas variáveis EFP e CO₂, os dados não contêm *outliers*. A variável EFP possui uma observação que configura como *outlier* (Estados Unidos em 2006). A variável CO₂, por sua vez, apresentou alguns casos de *outliers* (Estados Unidos de 2006 a 2016 e 2018; Austrália de 2007 a 2019; e Canadá de 2007 a 2019). Esses três países, portanto, apresentam altos níveis de emissão de CO₂ *per capita*.

Na Figura 2 apresenta-se a matriz de correlações entre as variáveis que formarão o IVP.

Figura 2

Matriz de Correlações entre as Variáveis Representativas de Valor Público



Observa-se, por meio da Figura 2, que, exceto pelas correlações entre CO₂ e EV, e CO₂ e BE, as correlações podem ser classificadas como moderadas ou altas. Além disso, pela análise da matriz de correlações acima, é possível identificar que existe correlação suficiente entre as variáveis para supor a fatorabilidade dessa matriz, visto que todas as correlações são maiores que 0,30 (Hair *et al.*, 2009).

O Teste de Henze-Zirkler para análise multivariada dos dados indicou que os dados não seguem uma distribuição normal (HZ = 7,102341, p-valor < 0,00). Portanto, o método de extração dos fatores deve considerar esse resultado e, descarta-se, desse modo, a possibilidade de utilização do método da máxima verossimilhança. Já o Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2(10) = 2740,545$, p-valor < 0,00), indicou que a matriz de correlações apresentada na Figura 2 difere significativamente da matriz identidade. Ou seja, as correlações entre as variáveis são, no todo, diferentes de zero, o que possibilita a formação de fatores.

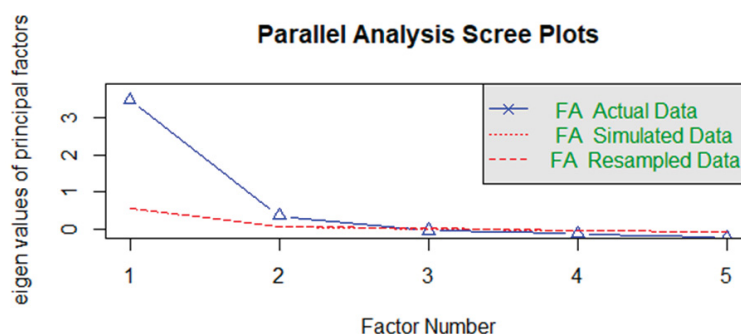
O teste Kaiser-Meyer-Olkin apresentou um MSA geral de 0,78. Segundo Hair *et al.* (2009), esse indicador varia de 0 a 1, obtendo um valor de 1 quando cada variável é totalmente prevista sem erro pelas outras variáveis. A medição de MSA fornecida pelos dados da pesquisa pode ser considerada como sendo de magnitude moderada. Além

disso, todas as variáveis apresentaram valor individual de MSA acima do mínimo aceitável de 0,5 (PIBPC = 0,83; EV = 0,85; BE = 0,88; EFP = 0,72; CO₂ = 0,67).

Conforme justificado na seção de procedimentos metodológicos, foi escolhido o método Oblimin para a rotação dos fatores. O método de rotação oblíqua oferece maior flexibilidade, uma vez que não requer que os eixos fatoriais sejam ortogonais. Além disso, é mais realista, pois não pressupõe correlações nulas entre as dimensões inerentes que teoricamente têm importância (Hair *et al.*, 2009). O critério utilizado para a determinação do número de fatores foi o teste *scree*, o qual pode ser visualizado por meio da Figura 3.

Figura 3

Gráfico para Teste Scree



O teste *scree* é realizado ao criar um gráfico das raízes latentes em relação ao número de fatores na ordem de extração. A análise da forma da curva resultante é utilizada para avaliar o ponto de corte (Hair *et al.*, 2009). O ponto do eixo em que a linha azul começa a ficar horizontal foi considerado indicativo do número máximo de fatores a serem extraídos (Hair *et al.*, 2009). Nesse caso, como a linha azul começa a ficar horizontal a partir do ponto 2, o gráfico do teste *scree* indica que podem ser extraídos dois fatores.

A Tabela 6 apresenta as cargas fatoriais, comunalidades e singularidades da análise fatorial.

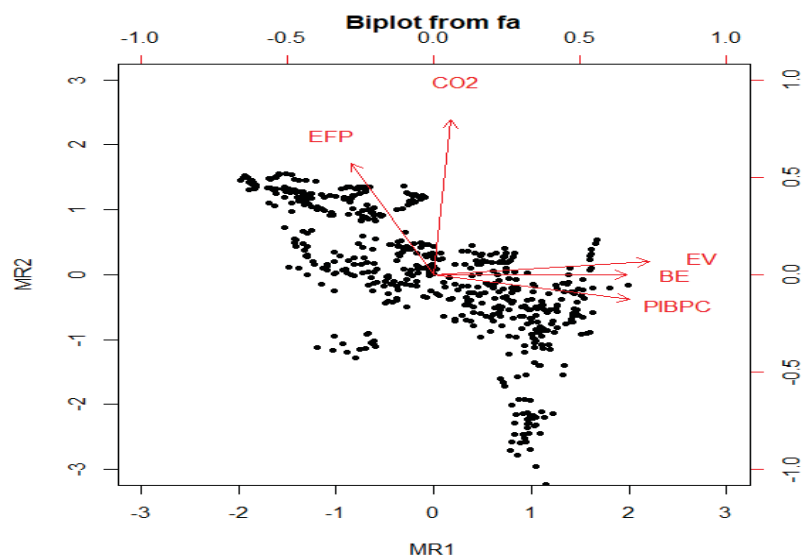
Tabela 6*Cargas Fatoriais, Comunalidades e Singularidades*

Variável	MR1	MR2	H2	U2	Com
PIBPC	0,83	-0,16	0,89	0,110	1,1
EV	0,92	0,08	0,75	0,248	1,0
BE	0,82	0,00	0,68	0,320	1,0
EFP	-0,35	0,72	0,96	0,043	1,5
CO2	0,07	0,99	0,90	0,103	1,0

Nota: MR1: carga fatorial do primeiro fator; MR2: carga fatorial do segundo fator; H2: comunalidade; U2: singularidade; Com: complexidade.

Os dois fatores formados explicam 84% da variância total da base de dados. O primeiro fator é formado por PIBPC, EV e BE, o qual é aqui denominado como ‘Fator Econômico-social’ do valor público. Esse fator explica 50% da variância total dos dados e, da variância que é explicada pela análise fatorial, ele explica 60%. A expectativa de vida possui a maior carga fatorial no fator econômico-social (0,92), seguida do PIB *per capita* (0,83) e do Bem-Estar (0,82). Como explica Hair, “o primeiro fator pode ser visto como o melhor resumo de relações lineares exibidas nos dados” (Hair *et al.*, 2009, p. 113).

Já o segundo fator é formado por EFP e CO₂, o qual é aqui denominado de ‘Fator Ambiental’ do valor público. Esse fator explica 34% da variância total dos dados e, da variância que é explicada pela análise fatorial, ele explica 40%. A emissão de CO₂ per capita possui a maior carga fatorial nesta dimensão (0,99), enquanto o *Ecological Footprint* possui uma carga fatorial de 0,72. O segundo fator é caracterizado como a segunda combinação linear mais adequada das variáveis, com a condição de ser ortogonal ao primeiro fator. Para atender a essa ortogonalidade, o segundo fator é derivado da variância remanescente após a extração do primeiro fator (Hair *et al.*, 2009). Dessa forma, o segundo fator pode ser descrito como a combinação linear de variáveis que explica a maior parte da variância que permanece sem explicação mesmo após a remoção do primeiro fator dos dados (Hair *et al.*, 2009). A visualização gráfica do resultado pode ser vista por meio da Figura 4 abaixo.

Figura 4*Cargas Fatoriais*

Sendo assim, o Fator Econômico-social do valor público é aquele que melhor explica a variância nos dados dos países, considerando as variáveis e a amostra empregadas. No entanto, após a extração do primeiro fator, resta uma porção da variância dos dados que permanece inexplicada. Boa parte desta porção vem a ser explicada pelo fator ambiental. Ou seja, é possível notar que os aspectos econômico-sociais são os mais relevantes para a mensuração do desempenho dos países, mas eles não explicam tudo. Analisar os aspectos ambientais fornece informação adicional relevante na mensuração do desempenho dos países e na explicação das diferenciações entre eles, e que não necessariamente estão relacionadas ao desempenho econômico.

Cada um dos dois fatores é formado por variáveis cujas cargas fatoriais superam 0,70. “Como uma carga fatorial é a correlação da variável e do fator, a carga ao quadrado é a quantia da variância total da variável explicada pelo fator” (Hair et al., 2009, p. 119). Sendo assim, PIBPC tem 69% de sua variância explicada pelo Fator Econômico-social, EV tem 85% de sua variância explicada pelo Fator Econômico-social, enquanto BE tem 67% de sua variância explicada pelo Fator Econômico-social. Já EFP tem 52% de sua variância explicada pelo Fator Ambiental, enquanto CO₂ tem 98% de sua variância explicada pelo Fator Ambiental. Segundo Hair et al. (2009, p.

119), “cargas excedendo 0,70 são consideradas indicativas de estrutura bem definida e são a meta de qualquer análise fatorial”. O Fator Econômico-social explica 50% da variância dos dados, enquanto o Fator Ambiental explica 34% da variância, de modo que os dois fatores explicam juntos 84% da variância dos dados.

Nas Tabela 7 e 8, assim como nas Figuras 5 e 6 são apresentados rankings de valor público em 2007 e 2019. Nas tabelas, foram considerados os países mais bem e mal colocados em cada ano.

Figura 5

Mapa Mundi do IVP em 2007

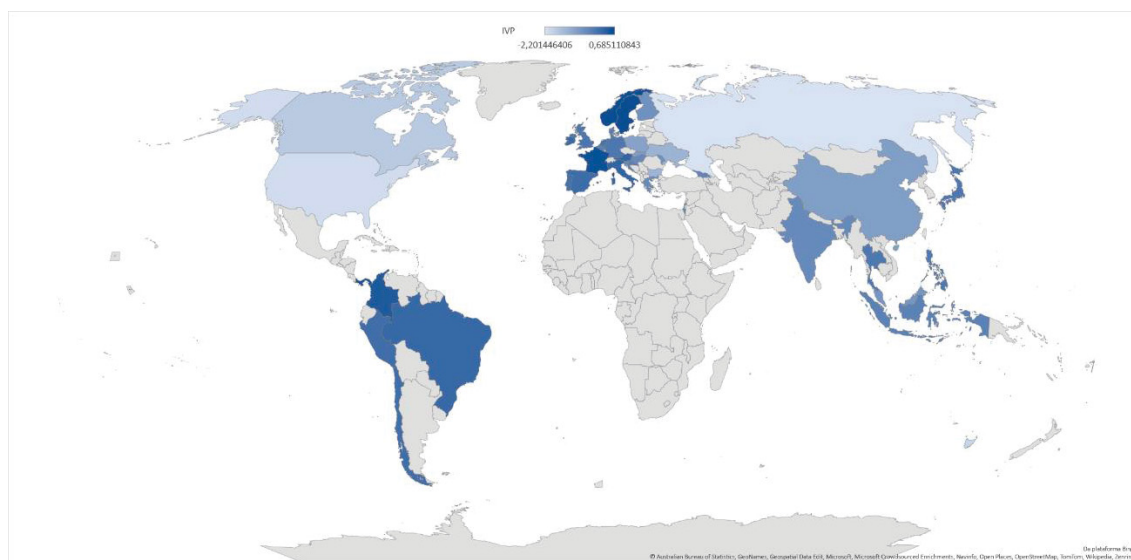


Tabela 7

Ranking de Valor Público em 2007

VP	País	IVP	PIBPC	F.Econ-Social	F.Ambiental	Ranking do PIBPC
1º	Suécia	0,68	48.557,38	1,26	-0,57	9º
2º	Noruega	0,66	64.062,44	1,56	-0,90	1º
3º	Panamá	0,62	19.125,63	-0,38	1,00	29º
4º	França	0,59	43.127,21	0,80	-0,21	15º
5º	Colômbia	0,42	11.161,51	-0,91	1,33	34º
6º	Itália	0,23	45.356,54	0,77	-0,54	12º
7º	Áustria	0,22	52.565,07	1,07	-0,84	6º
8º	Brasil	0,18	13.564,99	-0,84	1,02	31º
9º	Irlanda	0,16	59.530,89	1,10	-0,95	2º
10º	Espanha	0,09	39.520,82	0,67	-0,58	16º
...	...	...	...	..	...	...
32º	Malásia	-0,69	19.546,99	-0,64	-0,05	28º

33°	República Eslovaca	-0,85	24.136,97	-0,43	-0,42	24°
34°	China	-0,86	6.795,17	-1,34	0,48	39°
35°	Polônia	-0,93	21.543,16	-0,49	-0,44	26°
36°	Ucrânia	-1,27	13.345,77	-1,38	0,11	33°
37°	Bulgária	-1,30	17.078,37	-1,15	-0,15	30°
38°	Canadá	-1,71	45.888,48	0,89	-2,60	11°
39°	Austrália	-1,93	44.072,88	0,78	-2,70	14°
40°	Estados Unidos	-2,08	55.884,68	1,15	-3,23	3°
41°	Rússia	-2,20	23.647,27	-1,03	-1,17	25°

A partir da Figura 5 e da Tabela 7 é possível observar os dez países mais bem colocados e mais mal colocados no ranking de Valor Público confeccionado com os dados do ano de 2007. Na lista dos mais bem colocados, destaca-se a presença de Panamá, Colômbia e Brasil. Esses três países possuem um PIB *per capita* abaixo da média amostral nesse ano (US\$ 30.913,22), e constam na lista dos dez melhores países por conta de seu desempenho no Fator Ambiental. Destaca-se também um desempenho equilibrado por parte da França, que é o único país da lista dos dez melhores que obteve um desempenho acima da média tanto no aspecto econômico-social quanto no aspecto ambiental. Já na lista dos piores países da amostra, segundo o IVP encontrado, destaca-se a presença de Estados Unidos, Canadá e Austrália. Apesar desses três países possuírem um bom desempenho quando se analisa o Fator Econômico-social, observa-se que seu resultado no Fator Ambiental é muito baixo.

Figura 6

Mapa Mundi do IVP em 2019

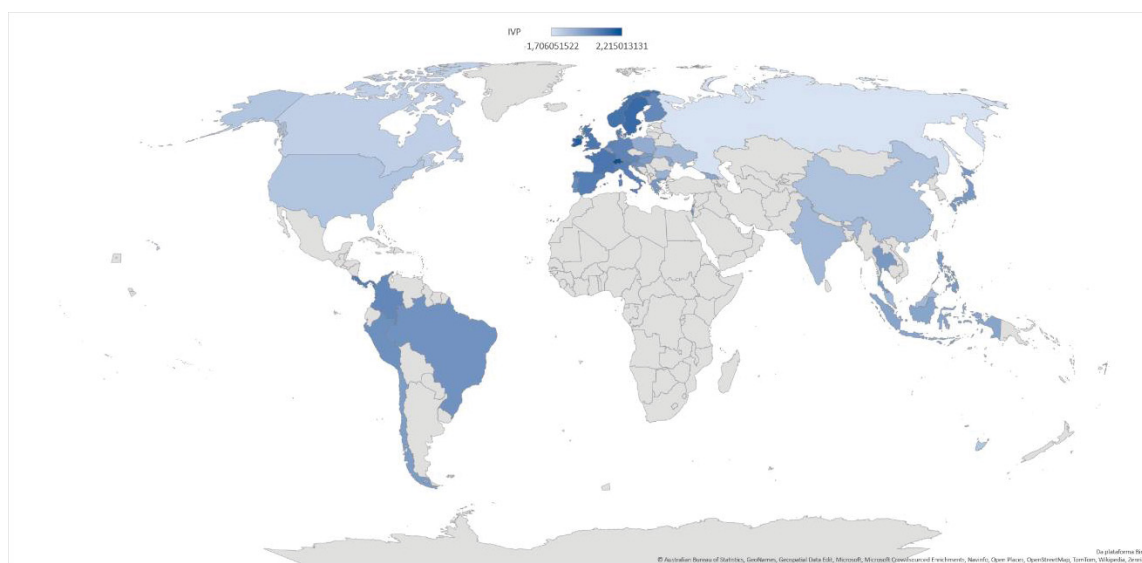


Tabela 8*Ranking de Valor Público em 2019*

PV	País	IVP	PIBPC	F.Econ-Social	F.Ambiental	Ranking do PIBPC
1º	Suíça	2,21	70.944,35	1,67	0,54	2º
2º	Irlanda	1,84	86.650,00	1,99	-0,16	1º
3º	Suécia	1,49	52.850,57	1,39	0,10	9º
4º	Noruega	1,29	64.385,01	1,52	-0,23	3º
5º	França	1,16	46.017,77	0,83	0,33	15º
6º	Reino Unido	1,13	47.368,58	0,73	0,40	14º
7º	Costa Rica	1,09	20.970,54	-0,10	1,19	32º
8º	Dinamarca	1,04	57.161,69	1,62	-0,58	5º
9º	Espanha	0,97	40.802,49	0,63	0,34	18º
10º	Panamá	0,92	31.440,26	-0,22	1,15	25º
...	...	...	...	...	...	...
34º	Polônia	-0,25	33.185,16	0,03	-0,29	22º
35º	Bulgária	-0,44	23.265,88	-0,61	0,17	31º
36º	Ucrânia	-0,57	12.804,96	-1,26	0,68	40º
37º	Malásia	-0,59	28.421,46	-0,44	-0,14	28º
38º	Índia	-0,60	6.689,365	-1,90	1,30	43º
39º	China	-0,84	15.977,76	-0,82	-0,02	34º
40º	Estados Unidos	-0,93	62.458,75	1,21	-2,15	4º
41º	Austrália	-0,95	49.309,11	0,99	-1,94	11º
42º	Canadá	-1,18	49.171,51	1,01	-2,19	12º
43º	Rússia	-1,71	27.254,57	-0,60	-1,10	29º

Por meio da Figura 6 e da Tabela 8 é possível observar os dez países mais bem colocados e mais mal colocados no ranking de Valor Público confeccionado com os dados do ano de 2019. Destaca-se desta vez a presença da Costa Rica no grupo dos melhores países, segundo o IVP. O país obteve o melhor desempenho ambiental entre os dez países mais bem colocados no ranking de 2019. Destaca-se que Suíça, França, Reino Unido e Espanha obtiveram desempenho acima da média em ambos os fatores: econômico-sociais e ambientais.

Na lista dos piores países segundo o IVP, destaca-se mais uma vez a presença de Estados Unidos, Austrália e Canadá. O baixo desempenho desses países se deve ao aspecto ambiental. Ressalta-se ainda o desempenho da Malásia, China e Rússia, países que alcançaram desempenho abaixo da média tanto em aspectos econômico-sociais quanto em aspectos ambientais. O Ranking completo para o ano de 2019 pode ser visto no Apêndice.

Sendo assim, a análise fatorial permitiu identificar a estrutura subjacente dos dados e organizá-los em fatores para a formação do IVP, o que possibilitou o alcance do primeiro objetivo de pesquisa. Os fatores se organizaram em uma estrutura similar àquela que foi utilizada para organização das variáveis, na seção 3.2. PIBPC, EV e BE

se organizaram em um mesmo fator para representar o aspecto econômico e social do valor público. Sendo que o elemento mais importante desse fator é a expectativa de vida. Já EFP e CO₂ formaram o Fator Ambiental, que complementa e análise do desempenho dos países. O IVP, formado a partir dos procedimentos relatados nesta pesquisa, fornece, portanto, uma visão mais ampla e abrangente do desempenho dos países, que vai além do Produto Interno Bruto, ao também considerar aspectos de natureza social e, sobretudo, ambiental, em que a análise fatorial revelou apresentar um comportamento significativamente diferente das demais perspectivas de desempenho.

Foi possível constatar, portanto, que o indicador permite avaliar o desempenho dos países além do aspecto meramente econômico. Foi observado que países que não possuem um desempenho notável em aspectos econômicos, passam a figurar na lista de destaque quando também são trazidos à discussão os aspectos sociais e ambientais. Esse é o caso de países como Panamá e Costa Rica. Além disso, foi possível observar que países que se destacam por sua posição econômica, como Estados Unidos, Austrália e Canadá, deixam a desejar quando analisados por meio de uma lente mais ampla, como a do Valor Público. Isso acontece devido ao baixo desempenho desses países medido pelo Fator Ambiental. Nesse caso, o IVP “pune” os países que possuem um bom desempenho nos aspectos econômico e social, mas o fazem sem o devido cuidado com o aspecto ambiental.

O IVP, portanto, tem sua composição dividida em dois fatores, os quais explicam 84% da variância total da base de dados: o Fator econômico-social (que explica 50% da variância total dos dados e 60% da parcela que é explicada pela análise fatorial) e o Fator Ambiental (que explica 34% da variância total dos dados e 40% da parcela que é explicada pela análise fatorial). O Fator Econômico-Social é composto por EV (carga fatorial = 0,92), PIBPC (carga fatorial = 0,83) e BE (carga fatorial = 0,82). O Fator Ambiental, por sua vez é formado por CO₂ (carga fatorial = 0,99) e EFP (carga fatorial = 0,72).

4.2. VALOR PÚBLICO E FATORES INSTITUCIONAIS – REGRESSÕES À MÉDIA

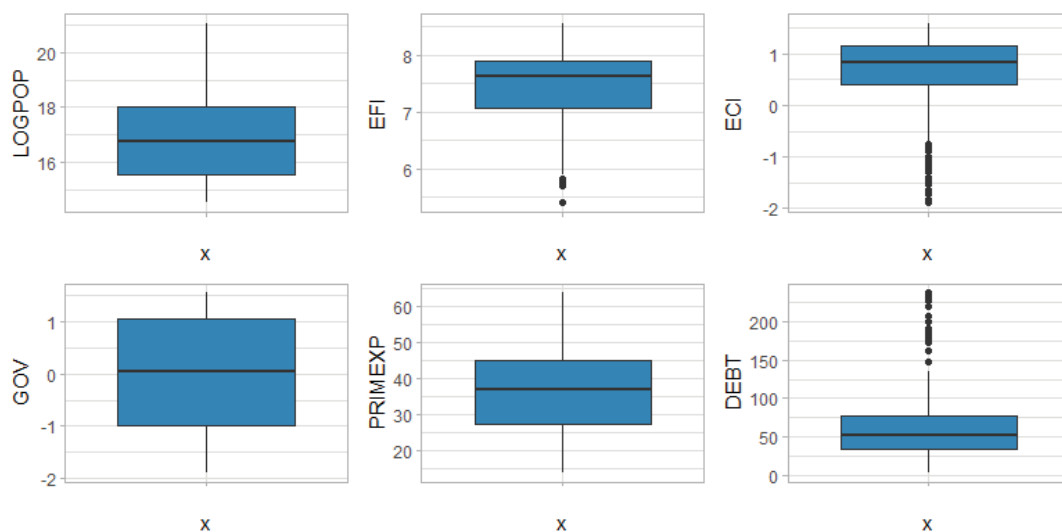
Na Tabela 9 é apresentada uma análise descritiva das variáveis que compõem o modelo de regressão.

Tabela 9*Análise Descritiva das Variáveis: Modelo de Regressão*

Variável	Observações	Média	Desv. Pad.	Coefficiente de Variação	Mediana	Mín.	Máx.
IVP	575	0,00	0,77	N/A	0,07	-2,33	2,22
DIM1	575	0,00	0,97	N/A	0,02	-1,98	1,99
DIM2	575	0,00	0,98	N/A	0,08	-3,30	1,56
GOV	575	0,00	1,00	N/A	0,04	-1,89	1,54
LOGPOP	575	17,01	1,59	9%	16,73	14,51	21,07
EFI	575	7,46	0,62	8%	7,62	5,39	8,57
ECI	575	0,68	0,67	99%	0,83	-1,90	1,60
Debt	575	61,83	40,18	65%	52,27	3,90	236,43
PrimExp	575	36,09	11,09	31%	36,95	13,67	63,69

A partir da Tabela 9, é possível notar características de distribuição de algumas variáveis. Nota-se que a variável ECI demonstra um coeficiente de variação notável de 99%, indicando uma variação percentual substancial em relação à média. A mediana inferior à média, associada a valores mínimos e máximos notáveis de -1.90 e 1.60, respectivamente, sugere uma distribuição assimétrica, possivelmente caracterizada por uma cauda longa. Este perfil distinto implica disparidades econômicas marcantes dentro do conjunto de dados, sinalizando a necessidade de uma investigação aprofundada para discernir como perfis tão heterogêneos de complexidade econômica podem impactar na análise, inclusive com a utilização de regressão quantílica.

Na Figura 7 são apresentados os gráficos boxplots das variáveis que compõem a regressão.

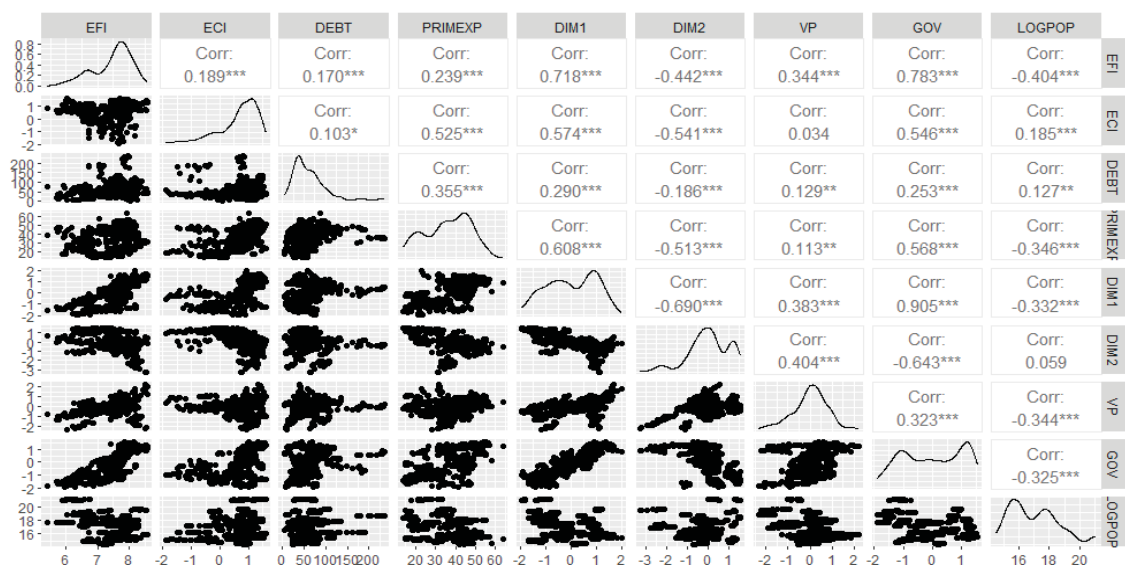
Figura 7*Boxplots das Variáveis da Regressão*

Pela análise dos *boxplots* constantes na Figura 7, é possível perceber que as variáveis EFI, ECI e Debt possuem *outliers*. Em relação à variável EFI, os *outliers* são os dados da Ucrânia nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2015. Já em relação ao ECI, os *outliers* são Panamá (2006, 2007, 2008, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016), Grécia (2008, 2009, 2010, 2014, 2015, 2016, 2017), Geórgia (2010, 2011, 2012, 2015), Peru (2007, 2008, 2009). A variável Debt possui como *outliers* Grécia (2010 a 2019) e Japão (2007 a 2019).

A Figura 8 apresenta a matriz de correlações das variáveis que compõem a regressão.

Figura 8

Matriz de Correlações das Variáveis da Regressão



Pela análise da Figura 8, é possível constatar que existem correlações que podem ser consideradas fortes entre dim1 (Fator Econômico-Social) e EFI ($r = 0,718$), GOV e EFI ($r = 0,783$), GOV e dim1 (Fator Econômico-Social) ($r = 0,905$). Destaca-se que essas três variáveis possuem fortes correlações entre si, demonstrando que a qualidade da governança e liberdade econômica estão altamente correlacionadas com o desenvolvimento econômico e social (fator formado por PIBPC, EV e BE).

A Tabela 10 apresenta os resultados da estimação dos modelos de regressão pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares – OLS*), Efeitos Fixos (EF) e Efeitos Aleatórios (EA).

Tabela 10

Resultados das Regressões OLS, EF e EA

Variável dependente: IVP	OLS	EF	EA
GOV	0,3130** (0,1540)	-0,0338 (0,1531)	0,0218 (0,1257)
LOGPOP	-0,0516 (0,0557)	3,0416*** (0,6359)	0,0338 (0,0891)
EFI	0,1090 (0,2046)	0,1113 (0,1601)	0,2896** (0,1169)
ECI	0,1156	-0,0036	0,1400***

	(0,1445)	(0,0523)	(0,0458)
DEBT	0,0055**	0,0079***	0,0084***
	(0,0027)	(0,0013)	(0,0015)
PRIMEXP	-0,0267*	-0,0165**	-0,0126
	(0,0155)	(0,0065)	(0,0088)
CONST	0,2464	-52,4658***	-2,8764
	(2,1450)	(10,4781)	(1,9062)
R ²	0,5460	0,1093	0,0404
N	575	575	575
F	74,63***	21,43***	91,70***

Nota: Os três modelos (OLS, EF e EA) foram estimados com erros-padrão robustos. Entre parênteses constam os erros-padrão. *, ** e *** indicam significância estatística no nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Foi realizado o teste F de *Chow* ($F = 166,13$, $p\text{-valor} < 0,000$) o qual rejeitou a hipótese nula de que o modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares – OLS*) é mais apropriado que o modelo de efeitos fixos. Foi realizado também o teste de Breusch-Pagan ($\chi^2 = 2668,66$, $p\text{-valor} < 0,000$), o qual rejeitou a hipótese nula de que o modelo OLS é mais apropriado que o de efeitos aleatórios. Por fim, foi realizado o teste de Hausman ($\chi^2 = 127,68$, $p\text{-valor} < 0,000$), o qual rejeitou a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é mais apropriado que o modelo de efeitos fixos. Portanto, dado o comportamento dos modelos e os parâmetros analisados, foram analisados os resultados extraídos por meio do modelo de efeitos fixos (EF).

O Teste de Shapiro-Francia indicou que os resíduos não seguem uma distribuição normal ($W = 0,98$, $p\text{-valor} < 0,000$). O Teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg para a identificação de heterocedasticidade indicou que os dados são homocedásticos ($\chi^2 = 0,20$, $p\text{-valor} < 0,652$). A existência ou não de multicolinearidade entre as variáveis independentes foi analisada a partir do *Variance Inflation Index* (VIF). O modelo apresentou um VIF médio de 3,40. O resultado do VIF para cada variável pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11

Variance Inflation Index

Variável Independente	VIF
GOV	6,46
LOGPOP	2,72
EFI	4,35
ECI	2,89

DEBT	1,60
PRIMEXP	5,43

Segundo Fávero e Belfiore (2017), um VIF acima de 4 seria suficiente para indicar um possível problema de multicolinearidade no modelo. Já Gujarati e Porter (2011) indica que, como regra prática, apenas se o VIF de uma variável for maior que 10 essa variável será tida como altamente colinear. Tendo em vista que a variável GOV reúne diversos fatores institucionais (como qualidade regulatória, controle de corrupção, estado de direito etc.), cuja ausência inviabilizaria o alcance dos objetivos desta Pesquisa, optou-se pela manutenção da variável no modelo, considerando os parâmetros trazidos por Gujarati e Porter (2011).

Conforme apresentado na Tabela 10, as variáveis independentes que demonstraram significância em um nível de 5% foram LOGPOP, DEBT e PRIMEXP. O modelo é significativo em um nível de 1% ($F = 21,43$, $p\text{-valor} < 0,000$), ou seja, pelo menos uma variável independente é estatisticamente significativa para explicar a variabilidade do IVP (Fávero & Belfiore, 2017). Além disso, o modelo apresentou um R^2 de 10,93%. Pode-se dizer que a parcela da variância da amostra de IVP que é explicada pelas variáveis independentes é de 10,93%.

Destaca-se, a partir dos resultados exibidos na Tabela 10, que existe uma relação positiva e significativa entre o tamanho da população de um país e seus valores públicos, o que nos permite não rejeitar a H1 desta Pesquisa. Isso também se pode dizer em relação ao nível de endividamento de um país e seus valores públicos, não rejeitando a H5 da Pesquisa. A relação entre o nível de gasto primário de um país e seus valores públicos é negativa e significativa, por sua vez, o que conduz à rejeição da H6 da Pesquisa. Outras variáveis explicativas do modelo não possuem relação significativa com o valor público, como GOV, EFI e ECI, resultados que resultam na rejeição de H2, H3 e H4 da Pesquisa.

Assim, esses resultados contribuem para o alcance do segundo objetivo específico de pesquisa, destacando-se que as variáveis LOGPOP e DEBT possuem relação significativa e positiva com o IVP. Enquanto PRIMEXP possui relação significativa e negativa. Não foi encontrada uma relação significativa entre GOV, EFI e ECI e o IVP.

Como visto a Figura 7, a base de dados da Pesquisa apresentou diversos *outliers* em algumas de suas variáveis. Além disso, o pressuposto da normalidade dos resíduos foi violado. Sendo assim, considerando que, como dito anteriormente na Seção 3.3, nos modelos de regressão quantílica possuem como vantagem o fato de a análise não ser impactada pela presença de *outliers*, além de não terem como pressuposto a existência de normalidade dos resíduos (Fávero & Belfiore, 2017), passa-se à Seção 4.3., em que foi gerado um modelo de regressão quantílica para a testagem das hipóteses desta Pesquisa. Destarte, o modelo de regressão quantílica será o utilizado para a análise e discussão dos achados, assim como para as conclusões deste Estudo.

4.3. VALOR PÚBLICO E FATORES INSTITUCIONAIS – REGRESSÃO QUANTÍLICA

Nesta Seção são apresentados os resultados da estimação do modelo de regressão quantílica. Na Tabela 12, constam os resultados do modelo para os quantis 0,25, 0,50 e 0,75 da variável dependente.

Tabela 12

Resultados das Regressões Quantílicas para os Quantis 0,25, 0,50 e 0,75.

Variável dependente: IVP	25%	50%	75%
GOV	0,3047*** (0,0289)	0,1148*** (0,0064)	0,2629*** (0,0286)
LOGPOP	-0,2370*** (0,0057)	-0,1185*** (0,0030)	-0,1245*** (0,0059)
EFI	-0,2573*** (0,0329)	0,3542*** (0,0089)	0,3646*** (0,0328)
ECI	0,0905*** (0,0158)	0,1697*** (0,0121)	0,1446*** (0,0212)
DEBT	0,0045*** (0,0001)	0,0029*** (0,0001)	0,0033*** (0,0001)
PRIMEXP	-0,0323*** (0,0006)	-0,0237*** (0,0008)	-0,0272*** (0,0014)
N	575	575	575

Nota: Entre parênteses constam os erros-padrão. *, ** e *** indicam significância estatística no nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Por meio da análise da Tabela 12, constata-se que todas as variáveis explicativas apresentaram significância estatística no nível de significância de 1% nos três quantis analisados (25%, 50% e 75%). Destaca-se a significância de GOV, EFI e ECI no

modelo quantílico. Essas três variáveis não apresentaram significância no modelo de efeitos fixos. Além disso, destaca-se o fato de que a variável LOGPOP apresentou coeficiente positivo no modelo de efeitos fixos e negativo no modelo quantílico. A variável DEBT se manteve significativa e com sinal positivo tanto no modelo de efeitos fixos quanto no modelo quantílico. Por fim, a variável PRIMEXP se manteve significativa e com sinal negativo nos modelos por efeitos fixos e quantílicos.

Essas diferenças de sinal e significância podem ser dar pela diferença de funcionamento das duas técnicas de regressão. Como visto na Figura 7, a base de dados da Pesquisa contém diversos *outliers*. Além disso, os resíduos não seguem uma distribuição normal. Enquanto o modelo de efeitos fixos, que utiliza a média condicional da variável dependente para estimação dos parâmetros pode sofrer perturbações de valores extremados, o modelo quantílico não o sofre. Adicionalmente, como também já dito anteriormente, o modelo quantílico não possui como pressuposto a normalidade dos resíduos.

A variável GOV apresentou coeficiente β de 0,3047, 0,1148 e 0,2629 para os percentis 0,25, 050 e 0,75, respectivamente. Logo, o fator governança é mais relevante para aqueles países que se encontram nos níveis mais baixos do IVP ($\beta = 0,3047$). Torna-se menos relevante, porém ainda positivamente e significativamente relacionado nos países que estão próximos à mediana do IVP ($\beta = 0,1148$). E volta a influenciar com mais impacto nos países que se encontram nos níveis mais altos do IVP ($\beta = 0,2629$).

A variável LOGPOP apresentou coeficiente β de -0,2370, -0,1185 e -0,1245 para os percentis 0,25, 050 e 0,75, respectivamente. Observa-se que o tamanho da população exerce influência negativa no IVP nos três percentis analisados. Essa influência negativa, no entanto, se dá com mais intensidade nos países onde o IVP já é baixo (percentil 0,25). Nos países de IVP mediano e alto essa influência negativa possui menor impacto.

A variável EFI, por sua vez, apresentou coeficiente β de -0,2573, 0,3542 e 0,3646 para os percentis 0,25, 050 e 0,75, respectivamente. Constata-se, portanto, que nos países cujo IVP é baixo, um aumento no nível de liberdade econômica medida pelo EFI pode ter efeito adverso no seu desempenho econômico-social e ambiental. Já nos países em que o IVP é mediano ou alto, aumentar o nível de liberdade econômica possui um efeito positivo e significativo.

A variável ECI apresentou coeficiente β de 0,0905, 0,1697 e 0,1446 para os percentis 0,25, 0,50 e 0,75, respectivamente. O Aumento do ECI possui efeito positivo e significativo nos três percentis analisados. No entanto, ele é menos relevante no percentil 0,25 do que nos percentis mais elevados do IVP. Ou seja, a complexidade econômica possui um efeito positivo no valor público, mas isso se torna mais relevante se o país estiver em um nível pelo menos mediano do IVP.

Já a variável DEBT apresentou coeficiente β de 0,0045, 0,0029 e 0,0033 para os percentis 0,25, 0,50 e 0,75, respectivamente. O endividamento possui relação positiva com o IVP nos três percentis analisados, sendo a relação mais forte no percentil 0,25. A influência do endividamento no IVP diminui no percentil 0,50 e aumenta levemente no percentil 0,75.

Por fim, a variável PRIMEXP apresentou coeficiente β de -0,0323, -0,0237 e -0,0272 para os percentis 0,25, 0,50 e 0,75, respectivamente. Essa variável possui relação negativa e significativa com o IVP nos três percentis analisados, sendo que o efeito negativo perde força na medida em que o IVP fica mais alto.

É possível concluir, a partir dos resultados trazidos na Tabela 12, que, para os países que se encontram com níveis mais baixos de IVP, o fator mais importante a se considerar é a governança. Sugere-se que países com baixo desempenho econômico-social e ambiental fortaleçam suas instituições, como o fortalecimento do estado de direito, um maior controle da corrupção, melhoria na efetividade de governo, qualidade regulatória etc. Complementarmente, esses países podem investir em aumento do nível de complexidade econômica, utilizando-se de endividamento para tal, em que pese o aumento do gasto primário contribuir negativamente para o crescimento do IVP.

No caso dos países que se situam próximos à mediana do IVP, o fator mais importante a ser considerado é o aumento do nível de liberdade econômica, medido nesta pesquisa pelo *Economic Freedom Index*, do Fraser Institute. De maneira suplementar, o aumento do nível de complexidade econômica, assim como a melhoria nos níveis de governança são fatores que podem influenciar positivamente na criação de Valor Público para esses países.

Por fim, para os países que se encontram com níveis mais altos de IVP, o principal fator a ser observado é a melhoria dos níveis de liberdade econômica, seguido por uma contribuição relevante da melhoria dos níveis de governança, fortalecendo as

instituições. Complementarmente, uma melhoria no nível de complexidade econômica, junto com a captação de recursos de dívida são fatores que podem contribuir para a criação de Valor Público, em que pese, mais uma vez, a influência do aumento do gasto primário ser negativa para o IVP.

Segundo Fávero e Belfiore (2017), os modelos de regressão quantílica possibilitam a caracterização abrangente da distribuição condicional da variável dependente. Isso ocorre pois são geradas diversas estimativas de parâmetros para diferentes percentis (Fávero & Belfiore, 2017). Essas estimativas podem ser interpretadas como variações no comportamento da variável dependente diante de mudanças nas variáveis explicativas em vários pontos da distribuição condicional inicial (Fávero & Belfiore, 2017). Essa característica representa uma vantagem significativa desses modelos em comparação com os modelos de regressão à média obtidos através do método de mínimos quadrados ordinários (MQO) (Fávero & Belfiore, 2017).

Sendo assim, é possível concluir quais hipóteses de pesquisa foram rejeitadas ou não rejeitadas, como pode ser visto na Tabela 13. Destacando-se que, como afirmado na Seção 4.2, os resultados estimados pelo modelo de regressão quantílica é que serão utilizados na discussão dos achados, tanto em função das limitações da regressão à média por efeitos fixos quanto pelas vantagens da regressão quantílica para a amostra.

Tabela 13

Resumo dos Resultados dos Testes das Hipóteses de Pesquisa

Hipóteses de Pesquisa	Regressão à média (Efeitos Fixos)	Regressão Quantílica
H1: uma maior população influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.	Não rejeitada	Rejeitada
H2: um maior nível de complexidade econômica influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.	Rejeitada	Não rejeitada
H3: um maior nível de liberdade econômica influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.	Rejeitada	Não rejeitada
H4: um maior nível de governança influencia positivamente o Valor Público criado pelos países.	Rejeitada	Não rejeitada
H5: um maior nível de endividamento influencia positivamente no Valor Público criado pelos países.	Não rejeitada	Não rejeitada
H6: um maior gasto primário influencia positivamente no valor público criado pelos países.	Rejeitada	Rejeitada

4.4. DISCUSSÃO DOS ACHADOS

Nesta seção serão discutidos os achados de pesquisa obtidos por meio da estimação do modelo de regressão quantílica. Como exposto na seção 4.2, devido à presença de *outliers* em diversas variáveis da base de dados e da violação do pressuposto da normalidade dos resíduos, foi necessária a estimação do modelo quantílico, cujos resultados serão discutidos nesta seção.

Os resultados do modelo quantílico demonstraram uma influência positiva e significativa nos três quantis analisados. A qualidade da Governança adotada pelos governos pode ser vista como um fator determinante tanto para o êxito quanto para a falta de sucesso de um país, de acordo com Wang et al. (2022). Os resultados encontrados no modelo quantílico interagem com os achados de Dima *et al.* (2013), que ao examinarem os dados de 27 estados membros da União Europeia entre 2000 e 2010 observaram que um aumento na qualidade das políticas públicas e das instituições estava associado a um aumento na produção econômica, expressa pela renda nacional per capita.

Além disso, conforme indicado por Alsaleh et al. (2021), a melhoria da qualidade da governança pode resultar em um substancial crescimento da indústria de bioenergia nos países europeus. Ressalta-se, portanto, a relação entre o desenvolvimento da indústria de bioenergia e o Fator Ambiental do Valor Público expresso nesta pesquisa. Já para Detotto *et al.* (2021), uma sólida governança exerce uma influência expressiva nas receitas provenientes do turismo nos países estudados. A governança exerce também uma influência positiva no sucesso de PPP's portuárias (Panayides *et al.*, 2015), na redução do acúmulo de dívida pública (Tarek & Ahmed, 2017) e no crescimento econômico (Poniatowicz *et al.*, 2020).

Corroborar-se, portanto, a partir dos resultados da pesquisa, a ideia de que a mensuração da qualidade da Governança dos países pelo *World Governance Indicators* (WGI) pode desempenhar um papel crucial na análise e compreensão da eficácia das instituições que sustentam uma sociedade e como essas instituições influenciam, inclusive, na criação de Valor Público. Os resultados demonstraram que o fortalecimento da governança é um ponto importante principalmente para os países com níveis mais baixos de IVP.

A Teoria Institucional oferece um arcabouço teórico importante para interpretar essas medidas, uma vez que destaca a influência das instituições na formação do comportamento humano e na condução das políticas públicas (DiMaggio & Powell, 1983). Os indicadores do WGI, que abrangem áreas como a eficácia governamental na formulação de políticas públicas, a qualidade da regulação e o Estado de Direito, podem ser interpretados à luz da Teoria Institucional para avaliar como as estruturas organizacionais e normativas moldam o desempenho governamental. Instituições sólidas têm o potencial de criar ambientes propícios ao desenvolvimento econômico sustentável, à equidade social e à estabilidade política (North, 1990; Rodrik, 2000). Por outro lado, deficiências na governança podem ser analisadas à luz da Teoria Institucional para identificar lacunas nas estruturas institucionais que prejudicam o pleno funcionamento e têm impactos negativos na sociedade, sentido no qual os resultados da presente pesquisa também se encontra (Williamson, 2000).

O modelo quantílico evidenciou relação negativa entre a população de um país e seus valores públicos nos quantis analisados. Esse resultado converge com os de Sell *et al.* (2019), que concluíram que a população está negativamente relacionada ao desempenho municipal. Ao passo que Fiirst e Beuren (2021), constataram que o tamanho dos municípios, medido pela população, possui relação positiva com o desempenho socioeconômico. Além disso, destaca-se o trabalho de Woods (2009), para quem o sistema de controles internos é contingente ao tamanho da organização. O tamanho, medido pela população, está relacionado ao desenvolvimento de *smart cities* no Brasil (Rabito et al., 2022) e a adoção das IPSAS pelos países (Mnif & Gafsi, 2020).

Os estudos citados possuem municípios como campo empírico, com exceção de Mnif e Gafsi (2020). Os resultados indicam uma influência diferente quando se fala na contribuição do tamanho para desempenho quando se analisam municípios e países, exceto pelos achados de Sell *et al.* (2019). Os municípios com maior alavancagem, principalmente no que se refere à receita, associada a um maior índice populacional, têm melhores condições de investir em áreas como saúde, educação e renda (Fiirst & Beuren, 2021). No caso dos países, a influência negativa pode ter algumas razões como, por exemplo, pressão sobre os recursos naturais, desigualdade e pressão sobre serviços públicos de saúde, constatação que, portanto, abre caminhos para o refinamento de fatores que influenciam na criação de valor público pelos países.

Os resultados do modelo quantílico demonstraram que um maior nível de complexidade econômica influência positiva e significativamente o IVP nos três quantis analisados. Os resultados do modelo quantílico corroboram os achados de Boleti *et al.* (2021), que concluíram que maiores níveis de complexidade econômica levam a um melhor desempenho ambiental. Esses resultados também dialogam com os achados de Hartmann *et al.* (2017), que afirmam que a estrutura de complexidade de uma economia tem o potencial de limitar o nível de desigualdade de renda. Contrária, no entanto, Li *et al.* (2021), em que a complexidade econômica, medida pelo índice de complexidade econômica, é positivamente associada com a emissão de CO₂.

Um país com uma economia mais complexa tende a possuir uma diversidade maior de setores industriais, tecnologias e conhecimentos especializados. Essa diversificação não apenas amplia a base de recursos disponíveis, mas também cria sinergias entre os diferentes segmentos da economia. A complexidade econômica pode estar ligada à capacidade de gerar e utilizar recursos de maneira eficaz, o que se relaciona com a abordagem teórica da VBR. Assim, a relação entre a complexidade econômica e a VBR destaca a importância de promover a diversificação e a sofisticação dos setores produtivos como estratégias fundamentais para potencializar os recursos internos de um país e, por conseguinte, impulsionar sua criação de Valor Público.

A relação entre liberdade econômica e valor público se mostrou negativamente relacionada com o IVP no quantil 0,25, e mostrou exercer influência positiva e significativa nos quantis 0,50 e 0,75. A liberdade econômica pode contribuir para o Valor Público ao exercer influência sobre o crescimento econômico (Williamson & Mathers, 2011; Ahmed *et al.*, 2023) e a satisfação de vida (Graafland, 2023), sem haver, necessariamente, um *trade-off* entre ela e o capital social (Jackson *et al.*, 2015).

O resultado obtido no quantil 0,25 sugere que os países que estão em um nível mais baixo de criação de valor público podem priorizar o fortalecimento de outros fatores institucionais em detrimento do aumento da liberdade econômica. Neste caso, os resultados sugerem que esses países protejam sua economia interna, indústria e comércio da competição internacional até criarem um nível de desenvolvimento econômico, social e ambiental que lhe permita aumentar o nível de liberdade econômica.

Já nos países que se situam num nível mediano a alto de IVP, a liberdade econômica pode proporcionar um ambiente propício para a mobilização eficiente de recursos, permitindo a atuação dinâmica dos agentes econômicos. Interpretando-se os resultados sob a perspectiva da VBR, essa liberdade facilita a obtenção de recursos, contribuindo para uma maior criação de Valor Público. Além disso, a Teoria Institucional ressalta que instituições sólidas e transparentes promovem a confiança e a eficiência nos mercados. Assim, um país que busca um maior nível de liberdade econômica beneficia-se de um ambiente institucional favorável, onde as instituições apoiam a inovação, protegem os direitos de propriedade e promovem a concorrência. Em conjunto, a liberdade econômica, a VBR e a Teoria Institucional convergem para destacar a importância de um ambiente flexível e institucionalmente sólido, fundamentais para impulsionar o desempenho e a prosperidade econômica de um país, contribuindo para a criação de Valor Público.

O nível de endividamento dos países se mostrou positivamente e significativamente relacionado com o Valor Público nos três quantis analisados no modelo quantílico. Esses resultados podem ser parcialmente explicados levando-se em consideração os achados de Megersa e Cassimon (2015), para quem um maior endividamento contribui para o crescimento dos países que possuem uma maior qualidade de gestão pública, ao passo que aqueles países com menor qualidade de gestão esse efeito é negativo.

Ressalta-se que para Zaghdoudi (2018) existe uma relação positiva entre tamanho da dívida externa e desenvolvimento humano de países em desenvolvimento, o que está em consonância com os achados desta pesquisa relacionados à contribuição do endividamento para a criação de Valor Público. Por outro lado, contraria o que poderia se supor a partir de Baidoo *et al.* (2021), em que a dívida do governo exerceu influência negativa no crescimento econômico de Gana. Também se contrapõe aos resultados desta pesquisa os achados de Boly *et al.* (2022), que obtiveram evidência empírica de que um incremento de 1% na dívida pública resulta em um aumento de 0,74% na emissão acumulada de CO₂ per capita ao longo do tempo.

O nível de endividamento de um país, quando analisado à luz da Visão Baseada em Recursos (VBR), pode apresentar uma relação complexa com o desempenho global, medido a partir do paradigma do Valor Público, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais. Embora o endividamento excessivo possa suscitar preocupações

sobre a capacidade de pagamento e a estabilidade financeira, em certos contextos, o acesso a recursos financeiros provenientes do endividamento pode ser uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento, caso essa capacidade de endividamento esteja associada a uma gestão pública de qualidade (Megersa & Cassimon, 2015).

Partindo-se da perspectiva da VBR, pode-se dizer que a habilidade de mobilizar e utilizar recursos, inclusive por meio do endividamento, pode catalisar investimentos em infraestrutura, educação, saúde e inovação. Um endividamento direcionado para projetos que promovam a diversificação econômica, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental podem contribuir para um desempenho mais robusto em várias frentes. Contudo, considerando os achados de Baidoo *et al.* (2021) e Boly *et al.* (2022) é crucial que a gestão da dívida seja prudente e alinhada a estratégias de longo prazo, evitando riscos que possam comprometer o desempenho econômico e ambiental no longo prazo. Portanto, a relação entre o nível de endividamento e a VBR destaca a importância de uma abordagem estratégica e equilibrada na utilização dos recursos financeiros para promover um desempenho abrangente e sustentável dos países.

O gasto primário se mostrou negativa e significativamente relacionado com o Valor Público tanto no modelo de efeitos fixos quanto nos quantis analisados no modelo quantílico. A literatura sobre a relação entre gasto primário e crescimento econômico é inconclusiva (Nyasha & Odhiambo, 2019). Segundo Sasmal e Sasmal (2016), existe uma influência positiva do investimento público no crescimento econômico, especialmente quando direcionado para a infraestrutura, também resultando em efeitos positivos na redução da pobreza. Além disso, Arvin *et al.* (2021) concluíram que existe uma relação mutuamente positiva entre os gastos reais do governo e o crescimento econômico no Sul do Cáucaso. Esses resultados contrastam com os resultados desta pesquisa. Já segundo Sáez *et al.* (2017), há um impacto negativo do gasto público no crescimento econômico dos países da União Europeia, o que está em linha com os resultados desta pesquisa.

Destaca-se que no quantil 0,25 do IVP é onde o gasto primário exerce sua maior influência, assim como a governança. Interpreta-se que os países mais carentes de uma estrutura de governança institucional fortalecida são aqueles em que o aumento do gasto primário é mais prejudicial à criação de valores públicos. Isso se relaciona, mais uma vez, com os achados de Megersa e Cassimon (2015), visto que a qualidade da gestão

pública é um fator importante para fazer com que o gasto influencie positivamente o desempenho, ou, neste caso, amenize a influência negativa.

Em suma, este Estudo traz novas evidências empíricas sobre como os fatores institucionais influenciam o desempenho dos países. Enquanto os estudos anteriores focaram em medidas de performance já conhecidas, como crescimento do PIB, da renda, emissão de CO₂ etc., esta Pesquisa enfatizou como os fatores institucionais influenciam na criação de valor público dos países. Portanto, o Trabalho acrescenta novos achados à literatura relacionada ao Valor Público e a Teoria Institucional, demonstrando os impactos positivos da governança, complexidade econômica e endividamento dos países na criação de valor público. Além disso, esta Pesquisa demonstra como o tamanho da população e o gasto primário influenciam negativamente na criação de valor público. Por fim, demonstra-se como a liberdade econômica pode ter efeitos tanto negativos quanto positivos a depender do nível de criação de valor público em que o país se encontra.

5. CONCLUSÕES

Este estudo foi conduzido tendo em vista os avanços relevantes, porém iniciais, na temática da mensuração do Valor Público nas publicações acadêmicas recentes, além da necessidade de se identificarem as relações que essa forma de medir o desempenho dos países possui com fatores institucionais.

Objetivou-se, portanto, identificar a influência de fatores institucionais na criação de valor público pelos países. Mais especificamente, buscou-se estimar, a partir dos subsídios de estudos anteriores, um indicador de valores públicos a partir de variáveis representativas desse desempenho dos países. Além disso, buscou-se avaliar a relação entre o valor público estimado e fatores institucionais dos governos nacionais, considerando modelos de regressão que utilizam a média condicional da variável dependente. E, por fim, avaliar a relação entre valor público estimado e fatores institucionais dos governos nacionais, considerando modelos de regressão que utilizam diferentes quantis da variável dependente.

Identificou-se que existe relação entre os valores públicos dos países e seus fatores institucionais. Mais especificamente, demonstrou-se que a governança, a complexidade econômica e o endividamento influenciam positivamente o valor público. Ao passo que a população e o gasto primário influenciam negativamente. A liberdade econômica por sua vez, possui influência negativa nos países de IVP mais baixo, e positiva nos países de IVP mediano e alto.

Destaca-se o papel estratégico do endividamento como fonte de recursos para a criação de Valor Público. Concatenando-se os resultados da presente Pesquisa com os estudos anteriores, é possível elaborar que a adoção de um maior nível de endividamento quando associado com uma gestão governamental eficaz, pode produzir crescimento e criação de Valor Público. Destaca-se também a influência das instituições de um país, como estado de direito, controle de corrupção, efetividade de governo etc., na criação de valores públicos.

Este trabalho contribui para o tema da mensuração do Valor Público. Este tema tem sido objeto de pesquisas recentes e tem despertado o interesse acadêmico em algumas áreas do conhecimento. Foi possível mensurar um indicador de Valor Público a partir de cinco variáveis. Obteve-se como resultado que essas variáveis possuem duas variáveis latentes: um fator econômico-social e um fator ambiental. Isso permite aos pesquisadores da área a se concentrarem nesses aspectos, na busca mais refinada por

uma mensuração do Valor Público, seja em governos nacionais ou subnacionais, como estados e municípios.

Outra contribuição proporcionada por esta pesquisa é a discussão teórica considerando-se a Teoria Institucional e a Visão Baseada em Recursos. Os achados revelaram a relevância dos recursos provenientes do endividamento para a criação de Valor Público nos países. Além disso, os resultados obtidos por meio da estimação do modelo quantílico revelaram a significância de fatores institucionais como governança, liberdade econômica e complexidade econômica para a criação do Valor Público.

Para os gestores e formuladores de políticas públicas, esta pesquisa oferece *insights* ao elencar os fatores institucionais mais importantes a serem desenvolvidos a depender do nível de IVP de cada país. Para os países que se encontram em níveis mais baixos de IVP, sugere-se um foco maior no fortalecimento das estruturas de governança do país. Já no caso dos países que se situam próximos à mediana do IVP, sugere-se um foco maior no aumento do nível de liberdade econômica. Nos países que se encontram nos níveis mais altos de IVP, os gestores poderiam priorizar tanto o fortalecimento das estruturas de governança quanto o aumento dos níveis de liberdade econômica.

Por fim esta pesquisa fornece à sociedade um conjunto de variáveis e fatores subjacentes para uma avaliação inicial do Valor Público criado por seus representantes. Além disso, diversas partes interessadas como organizações da sociedade civil e auditorias públicas podem se valer de uma estrutura de análise alicerçada nos aspectos econômicos, sociais e ambientais para avaliar o desempenho de gestores públicos em diversas esferas de governo, promovendo um maior nível de *accountability*. Por fim, esta Pesquisa demonstra à sociedade a importância de se cobrar dos governos o fortalecimento da governança no nível institucional, aprimorando-se a democracia, o estado de direito, a efetividade do governo, a qualidade regulatória, a estabilidade política e o controle de corrupção, para que os governos possam criar mais valores públicos para os seus cidadãos.

5.1. LIMITAÇÕES E CAMINHOS PARA PESQUISAS FUTURAS

Cita-se como limitação desta Pesquisa, no aspecto de formação de uma medição de desempenho e, conseqüentemente, de ranqueamento de valores públicos criado pelos países, o fato de que muitos países com IVP alto foram historicamente colonizadores e muitos países com IVP baixo foram historicamente colonizados, de modo que o

desenvolvimento da sociedade dos primeiros foi beneficiada pela dominação e exploração dos últimos. Nesse sentido, vale ressaltar que, na interpretação dos resultados do IVP, estar em níveis mais altos ou mais baixos do IVP não significa necessariamente que o país conta com uma melhor ou pior gestão.

É preciso, então, um olhar para a história para se ter uma visão mais abrangente do desempenho dos países a partir de indicadores como o IVP. Ressalta-se que essa limitação está presente nos principais indicadores que se propõem a medir o desempenho de países, entre eles o PIB. Apesar disso, a contribuição do IVP é valiosa ao avançar naquilo a que se propõe: considerar uma medida de desempenho que vai além do aspecto econômico de curto prazo e incorpora questões sociais e ambientais que impactam a sociedade a longo prazo. Futuras pesquisas podem investigar como fatores históricos, como a colonização, influencia na criação de valor público pelos países.

Cita-se também o fato de as relações identificadas entre fatores institucionais e o IVP terem se dado com uma métrica de Valor Público que foi obtida especificamente para esta pesquisa. A mensuração do Valor Público é uma questão que ainda precisa ser mais debatida tanto por acadêmicos quanto por formuladores de políticas públicas. Apesar disso, o indicador foi construído a partir das pesquisas mais recentes sobre o tema, publicadas em periódicos científicos reconhecidos (Wang *et al*, 2022; Wang & Chen, 2022); Li, 2022). Além disso, empregou-se uma metodologia estatística bastante disseminada em pesquisas acadêmicas para a formação de fatores a partir de diversas variáveis, que é a análise fatorial. Futuras pesquisas poderiam testar o quanto as variáveis escolhidas neste Trabalho realmente representam valores públicos e quais variáveis poderiam ser adicionadas para complementar o índice.

Outra limitação da pesquisa diz respeito ao fato de que para os anos de 2018 a 2020 o EFP foi estimado, utilizando-se o comportamento do CO₂ para a estimativa. Isso pode impactar negativamente na precisão do EFP como métrica de mensuração da quantidade de terra necessária para sustentar os padrões de consumo de determinado país. Além disso, a amostra contém 43 países, deixando de fora da análise algumas regiões e territórios, o que pode impactar no escore calculado. Ao se alterar a base de dados, adicionando-se mais países, os escores se alterariam.

Ademais, os modelos foram estimados com painéis desbalanceados, tendo em vista a limitação relacionada à disponibilidade dos dados. No entanto, os resultados podem ser considerados valiosos, tendo em vista que se estimou a influência dos fatores

institucionais na criação dos valores públicos, considerando-se um número significativo de períodos de análise e de países, que representam 62% da população mundial em 2019.

Embora o estudo forneça *insights* para formuladores de políticas públicas, é importante considerar a complexidade e a especificidade dos contextos nacionais. Recomendações genéricas podem não ser aplicáveis a todas as situações e podem exigir adaptação para cada país. Apesar disso, o estudo fornece informações iniciais importantes de como fatores institucionais dos países podem ou não contribuir para a criação de Valor Público.

Pesquisas futuras poderiam investigar como diferentes dimensões de cultura nacional podem influenciar na criação de Valor Público. Além disso, futuras investigações poderiam buscar estimar a criação de Valor Público em governos subnacionais, como estados e municípios. Por fim, futuros estudos poderiam explicar a criação de Valor Público nos países a partir de diferentes abordagens teóricas.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, S., Mushtaq, M., Fahlevi, M., Aljuaid, M., & Saniuk, S. (2023). Decomposed and composed effects of economic freedom on economic growth in south Asia. *Heliyon*, 9(2). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e13478>
- Alsaleh, M., Abdul-Rahim, A. S., & Abdulwakil, M. M. (2021). The importance of worldwide governance indicators for transitions toward sustainable bioenergy industry. *Journal of environmental management*, 294. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.112960>
- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *The review of economic studies*, 58(2), 277-297.
- Arvin, M. B., Pradhan, R. P., & Nair, M. S. (2021). Are there links between institutional quality, government expenditure, tax revenue and economic growth? Evidence from low-income and lower middle-income countries. *Economic analysis and policy*, 70, 468-489. [10.1016/j.eap.2021.03.011](https://doi.org/10.1016/j.eap.2021.03.011)
- Baidoo, S. T., Duodu, E., Kwarteng, E., Boatemaa, G., Opoku, L., Antwi, A., & Akomeah, R. A. (2021). Does government debt promote economic growth? New empirical evidence from Ghana. *International Journal of Public Sector Performance Management*, 7(2), 192-216. <https://doi.org/10.1504/IJPSPM.2021.114040>
- Banco Mundial. (2023). GDP per capita (constant 2015 US\$). <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD>
- Banco Mundial. (2023). Life expectancy at birth, total (years). <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>
- Banco Mundial. (2023). CO2 emissions (metric tons per capita). <https://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PC>
- Barrutia, J. M., Echebarria, C., Aguado-Moralejo, I., Apaolaza-Ibáñez, V., & Hartmann, P. (2022). Leading smart city projects: Government dynamic capabilities and public value creation. *Technological Forecasting and Social Change*, 179. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.121679>
- Bator, F. M. (1958). The anatomy of market failure. *Quarterly Journal of Economics*, 72(3), 351-379. <https://doi.org/10.2307/1882231>
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of econometrics*, 87(1), 115-143.
- Boleti, E., Garas, A., Kyriakou, A., & Lapatinas, A. (2021). Economic complexity and environmental performance: evidence from a world sample. *Environmental modeling & assessment*, 26, 251-270. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10666-021-09750-0>

- Boly, M., Combes, J. L., Menuet, M., Minea, A., Motel, P. C., & Villieu, P. (2022). Can public debt mitigate environmental debt? Theory and empirical evidence. *Energy Economics*, 111, 105895. <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2022.105895>
- Bozeman, B. (2002). Public-value failure: When efficient markets may not do. *Public administration review*, 62(2), 145-161. <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00165>
- Bozeman, B. (2007). *Public values and public interest: Counterbalancing economic individualism*. Georgetown University Press.
- Bracci, E., Papi, L., Bigoni, M., Deidda Gagliardo, E., & Bruns, H. J. (2019). Public value and public sector accounting research: A structured literature review. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 31(1), 103-136. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-07-2018-0077>
- Bracci, E., Saliterer, I., Sicilia, M., & Steccolini, I. (2021). Accounting for (public) value (s): reconsidering publicness in accounting research and practice. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(7), 1513-1526. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2021-5318>
- Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Bloomberg, L. (2014). Public value governance: Moving beyond traditional public administration and the new public management. *Public administration review*, 74(4), 445-456. <https://doi.org/10.1111/puar.12238>
- Bueno, N. P. (2007). A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 37, 435-455. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612007000200008>
- Byükoglu, B., Şit, A., & Ekşi, I. H. (2021). Governance matters on non-performing loans: Evidence from emerging markets. *PSL Quarterly Review*, 74(296), 75-91. <https://doi.org/10.13133/2037-3643/17486>
- Chartered Accountants Australia and New Zealand (CA ANZ). (2021). Is policy making measuring up? Refinking how we measure the success of a nation.
- Chenhall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: Findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, organizations and society*, 28(2-3), 127-168. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00027-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00027-7)
- Crubellate, J. M. (2007). Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 11, 199-222. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000500010>
- Crubellate, J. M., Pascucci, L., & Grave, P. S. (2008). Contribuições para uma visão baseada em recursos legítimos. *Revista de Administração de Empresas*, 48, 8-19. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902008000400002>
- Dallagnol, E. C., Portulhak, H., & Blênio, C. S. P. (2022). How is public value associated with accountability? A systematic literature review. *Public Money & Management*, 43(3), 251-258. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2129531>

- Detotto, C., Giannoni, S., & Goavec, C. (2021). Does good governance attract tourists?. *Tourism Management*, 82. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104155>
- Dima, B., Dima, S. M., & Lobont, O. R. (2013). New empirical evidence of the linkages between governance and economic output in the European Union. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 68-89. <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759427>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160.
- Elkington, J. (1998), "ACCOUNTING FOR THE TRIPLE BOTTOM LINE", *Measuring Business Excellence*, Vol. 2 No. 3, pp. 18-22. <https://doi.org/10.1108/eb025539>
- Faulkner, N., & Kaufman, S. (2018). Avoiding theoretical stagnation: A systematic review and framework for measuring public value. *Australian Journal of Public Administration*, 77(1), 69-86. <https://doi.org/10.1111/1467-8500.12251>
- Fávero, L. P. F, & Belfiore, P. (2017). Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata. Elsevier.
- Fiirst, C., & Beuren, I. M. (2021). Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais. *Revista de Administração Pública*, 55(6), 1355-1368. <https://doi.org/10.1590/0034-76120200827>
- Freitag, V. C.; Almeida, K. K. N.; Lucena, W. G. L. (2021) Teoria da Contingência. Editora UFPB.
- Fundo Monetário Internacional. (2024). *Gross debt (% of GDP)*. <https://data.imf.org/?sk=757a72b7-eece-470e-b6a1-d96b04b7014a&sid=1420755982661>
- Fundo Monetário Internacional. (2024). *Primary expenditure (% of GDP)*. <https://data.imf.org/?sk=757a72b7-eece-470e-b6a1-d96b04b7014a&sid=1420753763127>
- Garengo, P., & Sardi, A. (2021). Performance measurement and management in the public sector: State of the art and research opportunities. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 70(7), 1629-1654. <https://doi.org/10.1108/IJPPM-03-2020-0102>
- Gil, A. C. (2017). Como elaborar projetos de pesquisa (6ª ed.). Atlas.
- Graafland, J. (2023). Economic freedom and life satisfaction: A moderated mediation model with individual autonomy and national culture. *European Journal of Political Economy*, 79, 102448. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2023.102448>

- Grossi, G., & Argento, D. (2022). The fate of accounting for public governance development. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 35(9), 272-303. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2020-5001>
- Grossi, G., Steccolini, I., Adhikari, P., Brown, J., Christensen, M., Cordery, C., ... & Vinnari, E. (2023). The future of public sector accounting research. A polyphonic debate. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 20(1), 1-37. <https://doi.org/10.1108/QRAM-09-2022-0135>
- Gruening, G. (2001). Origin and theoretical basis of New Public Management. *International public management journal*, 4(1), 1-25. [https://doi.org/10.1016/S1096-7494\(01\)00041-1](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(01)00041-1)
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. Afiliada.
- Jackson, J., Carden, A., & Compton, R. A. (2015). Economic freedom and social capital. *Applied Economics*, 47(54), 5853-5867. <https://doi.org/10.1080/00036846.2015.1058912>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Bookman.
- Happy Planet Index (2021). Methodology Paper. <https://happyplanetindex.org/wp-content/themes/hpi/public/downloads/happy-planet-index-methodology-paper.pdf>
- Hartmann, D., Guevara, M. R., Jara-Figueroa, C., Aristarán, M., & Hidalgo, C. A. (2017). Linking economic complexity, institutions, and income inequality. *World development*, 93, 75-93. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.020>
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons?. *Public administration*, 69(1), 3-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>
- Hyndman, N., & Liguori, M. (2016). Public sector reforms: Changing contours on an NPM landscape. *Financial Accountability & Management*, 32(1), 5-32. <https://doi.org/10.1111/faam.12078>
- Hussain, M., & Hoque, Z. (2002). Understanding non-financial performance measurement practices in Japanese banks: A new institutional sociology perspective. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(2), 162-183. <https://doi.org/10.1108/09513570210425583>
- Iudícibus, S. D., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16, 7-19. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Jørgensen, T. B., & Bozeman, B. (2007). Public values: An inventory. *Administration & society*, 39(3), 354-381. <https://doi.org/10.1177/0095399707300703>
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2009). Governance matters VIII: Aggregate and individual governance indicators, 1996-2008. *World bank policy research working paper*, 4978. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?Abstract_id=1424591

- Kloot, L., & Martin, J. (2000). Strategic performance management: A balanced approach to performance management issues in local government. *Management accounting research*, 11(2), 231-251. <https://doi.org/10.1006/mare.2000.0130>
- Klovienė, L. (2012). Institutional factors as criteria for business environment identification. *Economics and Management*, 17(4), 1245-1251. <http://dx.doi.org/10.5755/j01.em.17.4.2984>
- Li, H. S., Geng, Y. C., Shinwari, R., Yangjie, W., & Rjoub, H. (2021). Does renewable energy electricity and economic complexity index help to achieve carbon neutrality target of top exporting countries?. *Journal of Environmental Management*, 299. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.113386>
- Li, S. (2022) Public Value Account: Establishment and Application. *International Journal of Public Administration*, 45(7), 537-547. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1660990>
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas. Atlas.
- Mazzucato, M., & Ryan-Collins, J. (2022). Putting value creation back into “public value”: From market-fixing to market-shaping. *Journal of Economic Policy Reform*, 25(4), 345-360. <https://doi.org/10.1080/17487870.2022.2053537>
- Megersa, K., & Cassimon, D. (2015). Public debt, economic growth, and public sector management in developing countries: Is there a link?. *Public Administration and Development*, 35(5), 329-346. <https://doi.org/10.1002/pad.1733>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363. <https://doi.org/10.1086/226550>
- Mnif, Y., & Gafsi, Y. (2020). A contingency theory perspective on the analysis of central government accounting disclosure under International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). *Meditari Accountancy Research*, 28(6), 1089-1117. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2019-0480>
- Nkundabanyanga, S. K., Jayasinghe, K., Abaho, E., & Mugambe, K. (2022). Contingency factors and budget actors' behaviour during COVID-19: The case of Uganda. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-03-2021-0058>
- Nyasha, S., & Odhiambo, N. M. (2019). The impact of public expenditure on economic growth: a review of international literature. *Folia Oeconomica Stetinensia*, 19(2), 81-101.
- North, D. C. (1990). Institutions, institutional change, and economic performance. Cambridge University Press.
- O'Connor, K., Lasslett, K., Bunyan, S., & Duffy, D. (2022). What the public wants and how it is best served: Forensic scientists' perceptions of the drivers of public

- value creation. *International Review of Administrative Sciences*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/00208523221100916>
- O'flynn, J. (2007). From new public management to public value: Paradigmatic change and managerial implications. *Australian journal of public administration*, 66(3), 353-366. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2007.00545.x>
- Oliveira, F. N. D., & Pinto, R. F. (2016). Determinantes do Bond Spread e do Credit Default Swap: Por que são diferentes? O caso da Petrobras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(71), 185-201. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501840>
- Otley, D. (2016). The contingency theory of management accounting and control: 1980–2014. *Management accounting research*, 31, 45-62.
- O Tempo. (2024, 24 de janeiro). Lula: 'Brasil se tornou a 9ª economia do mundo porque outros países caíram'. O Tempo. <https://otempo.com.br/politica/governo/lula-brasil-se-tornou-a-9-economia-do-mundo-porque-outros-paises-cairam-1.3316252>
- Panayides, P. M., Parola, F., & Lam, J. S. L. (2015). The effect of institutional factors on public–private partnership success in ports. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 71, 110-127. <https://doi.org/10.1016/j.tra.2014.11.006>
- Papi, L., Bigoni, M., Bracci, E., & Deidda Gagliardo, E. (2018). Measuring public value: A conceptual and applied contribution to the debate. *Public Money & Management*, 38(7), 503-510. <https://doi.org/10.1080/09540962.2018.1439154>
- Pollitt, C. (2007). The new public management: An overview of its current status. *Administrative Science Management Public*, (8), 110. <https://www.proquest.com/openview/bba57f2cb90d9fe090e26cf0489e2f11/1?pq-origsite=gscholar&cbl=986350>
- Poniatowicz, M., Dziemianowicz, R., & Kargol-Wasiluk, A. (2020). Good governance and institutional quality of public sector: Theoretical and empirical implications. *European Research Studies Journal*, 23(2), 529-556. <https://dx.doi.org/10.35808/ersj/1608>
- Portulhak, H., & Pacheco, V. (2023). Public value is in the eye of the beholder: stakeholder theory and ingroup bias. *Public Money & Management*, 43(1), 36-44. <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2124759>
- Rabito, D. H. F., Sanches, S. L. R., Carvalho, L. M. C., & de Sousa Paiva, I. C. (2022). Influence of contingency factors on the development of smart cities in Brazil. *International Journal of Innovation*, 10(4), 696-728. <https://doi.org/10.5585/iji.v10i4.21914>
- Ritz, A., Weißmüller, K. S., & Meynhardt, T. (2022). Public value at cross points: A comparative study on employer attractiveness of public, private, and nonprofit organizations. *Review of Public Personnel Administration*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/0734371X221098153>

- Rhodes, R. A., & Wanna, J. (2007). The limits to public value, or rescuing responsible government from the platonic guardians. *Australian Journal of Public Administration*, 66(4), 406-421. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2007.00553.x>
- Rodrik, D. (2000). Institutions for high-quality growth: What they are and how to acquire them. *Studies in Comparative International Development*, 35(3), 3-31.
- Rossetto, C. R., & Rossetto, A. M. (2006). Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. *RAE Eletrônica*, 4(1), 1-22. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482005000100010>
- Sáez, M. P., Álvarez-García, S., & Rodríguez, D. C. (2017). Government expenditure and economic growth in the European Union countries: New evidence. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series*, (36), 127-133.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). Metodologia da pesquisa (5ª ed.). Penso.
- Sasmal, R., & Sasmal, J. (2016). Public expenditure, economic growth and poverty alleviation. *International Journal of Social Economics*, 43(6), 604-618.
- Scott, W. R. (2005). Institutional theory: Contributing to a theoretical research program. In K. G. Smith & Michael A. Hitt (Eds.), *Great minds in management: The process of theory development*, Oxford University Press, 460-484.
- Sell, F. F., Beuren, I. M., & Lavarda, C. E. F. (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: evidências inferenciais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, 164058. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164058>
- Steccolini, I. (2018). Accounting and the post-new public management: Re-considering publicness in accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(1), 255-279. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2018-3423>
- Stoker, G. (2006). Public value management: A new narrative for networked governance? *The American review of public administration*, 36(1), 41-57. <https://doi.org/10.1177/0275074005282583>
- Tarek, B. A., & Ahmed, Z. (2017). Governance and public debt accumulation: Quantitative analysis in MENA countries. *Economic analysis and policy*, 56, 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2017.06.004>
- Wade, N. L. (2022). Is health care a public value?. *International Journal of Public Administration*, 45(7), 560-569. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1668806>
- Wang, B., Xia, L., & Wu, A. M. (2022). Social development with public value: An international comparison. *Social Indicators Research*, 162, 909-934. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02805-5>
- Wang, B., & Chen, T. (2022). Social progress beyond GDP: A principal component analysis (PCA) of GDP and twelve alternative indicators. *Sustainability*, 14(11), 1-18. <https://doi.org/10.3390/su14116430>

- Wang, X., Xu, W., & Zhong, Z. (2019). Economic policy uncertainty, CDS spreads, and CDS liquidity provision. *Journal of Futures Markets*, 39(4), 461-480. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3042079>
- Williamson, O. E. (2000). The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, 38(3), 595–613.
- Williamson, C. R., & Mathers, R. L. (2011). Economic freedom, culture, and growth. *Public choice*, 148, 313-335. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9656-z>
- Woods, M. (2009). A contingency theory perspective on the risk management control system within Birmingham City Council. *Management Accounting Research*, 20(1), 69-81. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2008.10.003>
- Zaghdoudi, K. (2018). Is the relationship between external debt and human development non-linear? A PSTR approach for developing countries. *Economics Bulletin*, 38(4), 2194-2216.
- Zucker, L. G. (1987). Institutional theories of organization. *Annual Review of Sociology*, 13(1), 443-464. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.13.080187.002303>

APÊNDICE: RANKING DE VALOR PÚBLICO EM 2019

Ranking	Quartil	País	IVP	F. Econ.-Soc.	F. Amb	PIBPC	EV	BE	EFP	CO ₂	GOV	LOGPOP	EFI	ECI	DEBT	PRIMEXP
1	4	Switzerland	2,21	1,67	0,54	70944,35	83,90	7,69	-4,14	-4,36	1,22	15,96	8,49	1,32	39,64	31,67
2	4	Ireland	1,84	1,99	-0,16	86650	82,70	7,25	-5,19	-7,24	0,84	15,41	8,19	0,92	57,01	22,96
3	4	Sweden	1,49	1,39	0,10	52850,57	83,11	7,40	-5,60	-3,40	1,30	16,15	7,70	1,54	35,19	47,65
4	4	Norway	1,29	1,52	-0,23	64385,01	82,96	7,44	-5,51	-6,72	1,37	15,49	7,75	1,33	40,56	49,97
5	4	France	1,16	0,83	0,33	46017,77	82,83	6,69	-4,41	-4,47	0,73	18,02	7,56	1,04	97,43	53,90
6	4	United Kingdom	1,13	0,73	0,40	47368,58	81,20	7,16	-3,95	-5,22	1,05	18,02	8,16	1,03	85,49	36,14
7	4	Costa Rica	1,09	-0,10	1,19	20970,54	80,28	7,00	-2,65	-1,63	-0,12	15,43	7,67	-0,47	56,92	17,63
8	4	Denmark	1,04	1,62	-0,58	57161,69	81,45	7,69	-7,05	-5,11	1,20	15,58	8,23	1,07	33,67	48,93
9	4	Spain	0,97	0,63	0,34	40802,49	83,83	6,46	-4,14	-5,09	0,26	17,67	7,89	1,17	98,22	40,04
10	4	Panama	0,93	-0,22	1,15	31440,26	78,51	6,09	-2,09	-3,14	-1,04	15,26	7,74	0,45	41,90	20,02
11	4	Italy	0,91	0,70	0,21	42746,3	83,50	6,44	-4,45	-5,31	-0,37	17,91	7,61	1,38	134,15	45,11
12	3	Netherlands	0,87	1,02	-0,15	56784,04	82,11	7,42	-4,59	-8,44	1,17	16,67	7,96	1,03	48,55	41,24
13	3	Germany	0,77	0,84	-0,07	53929,64	81,29	7,03	-4,44	-7,91	1,09	18,24	7,89	1,45	58,93	44,20
14	3	Austria	0,73	1,25	-0,52	55833,56	81,89	7,19	-6,05	-7,29	1,23	16,00	7,86	1,51	70,64	47,15
15	3	Colombia	0,70	-0,66	1,36	14571,99	77,29	6,35	-1,90	-1,61	-1,16	17,73	6,86	0,70	52,40	29,75
16	3	Finland	0,68	1,10	-0,42	48582,59	81,98	7,78	-5,76	-7,37	1,42	15,52	7,92	1,39	64,89	52,47
17	3	Portugal	0,60	0,44	0,15	34945,66	81,68	6,09	-4,78	-4,34	0,31	16,15	7,77	0,84	116,61	39,50
18	3	Peru	0,49	-0,77	1,25	12858,33	76,74	6,00	-2,09	-1,75	-1,19	17,30	7,78	0,48	24,77	19,88
19	3	Israel	0,44	0,94	-0,51	40626,22	82,80	7,33	-6,11	-6,92	0,24	16,02	7,63	0,73	58,82	36,38
20	3	Brazil	0,42	-0,61	1,03	14736,16	75,88	6,45	-2,68	-2,06	-1,04	19,17	6,60	1,19	87,12	30,55
21	3	Slovenia	0,41	0,56	-0,15	38946,69	81,53	6,66	-5,05	-6,51	0,38	14,55	7,43	0,97	65,42	41,50
22	2	Croatia	0,35	-0,14	0,49	29336,09	78,42	5,63	-3,64	-4,06	-0,40	15,22	7,42	0,36	71,95	43,89
23	2	Greece	0,31	0,09	0,24	29698,03	81,64	5,95	-4,03	-5,60	-0,61	16,19	7,19	-0,51	185,50	44,79
24	2	Belgium	0,30	1,16	-0,86	51937,42	81,99	6,77	-6,69	-8,20	0,77	16,26	7,62	1,05	97,62	49,92

25	2	Japan	0,25	0,52	-0,27	41697,41	84,36	5,91	-4,71	-8,54	0,83	18,66	7,97	0,79	236,43	35,59
26	2	Thailand	0,24	-0,60	0,83	18438,65	77,15	6,02	-2,66	-3,84	-0,78	18,06	6,91	0,74	34,05	20,81
27	2	Philippines	0,24	-1,22	1,43	8914,724	71,23	6,27	-1,50	-1,34	-1,47	18,50	7,34	0,19	36,97	20,08
28	2	Hungary	0,19	-0,08	0,27	32553,69	76,32	6,00	-4,07	-4,75	-0,23	16,09	7,51	0,84	63,77	43,73
29	2	Chile	0,15	-0,01	0,16	24931,12	80,18	5,94	-4,44	-4,82	0,33	16,76	7,86	1,01	28,30	25,54
30	2	Slovak Republic	0,13	-0,00	0,14	31927,59	77,67	6,24	-4,22	-5,70	-0,17	15,51	7,61	0,58	47,97	39,42
31	2	Indonesia	-0,05	-1,26	1,21	11812,1	71,72	5,35	-1,73	-2,29	-1,26	19,42	7,35	-0,05	30,56	14,64
32	2	Georgia	-0,10	-1,04	0,94	14989,26	73,77	4,89	-2,43	-2,72	-0,37	15,13	8,16	-0,51	43,24	27,71
33	1	Moldova	-0,13	-1,15	1,01	13026,52	71,90	5,80	-2,04	-3,32	-1,16	14,80	7,32	0,02	28,79	31,19
34	1	Poland	-0,25	0,03	-0,29	33185,16	77,90	6,24	-4,77	-7,77	-0,15	17,45	7,22	1,02	45,70	40,40
35	1	Bulgaria	-0,44	-0,61	0,17	23265,88	75,11	5,11	-3,83	-5,61	-0,73	15,76	7,79	0,53	26,84	35,31
36	1	Ukraine	-0,57	-1,26	0,68	12804,96	71,82	4,70	-2,64	-3,94	-1,63	17,61	6,20	0,78	50,45	38,31
37	1	Malaysia	-0,59	-0,44	-0,14	28421,46	76,16	5,43	-4,07	-7,93	-0,39	17,28	7,52	0,66	57,08	21,21
38	1	India	-0,60	-1,90	1,30	6689,365	69,67	3,25	-1,22	-1,80	-1,01	21,04	6,76	0,89	75,04	22,65
39	1	China	-0,84	-0,82	-0,02	15977,76	76,91	5,14	-3,72	-7,61	-1,21	21,07	6,33	0,68	60,40	33,30
40	1	United States	-0,93	1,21	-2,15	62458,75	78,79	6,94	-8,21	-14,67	0,71	19,61	8,25	0,77	108,74	32,89
41	1	Australia	-0,95	0,99	-1,94	49309,11	82,90	7,23	-7,52	-15,24	1,23	17,05	8,17	1,11	46,74	37,73
42	1	Canada	-1,18	1,01	-2,19	49171,51	82,05	7,11	-8,14	-15,43	1,12	17,44	8,05	1,08	90,21	37,72
43	1	Russian Federation	-1,71	-0,60	-1,10	27254,57	73,08	5,44	-5,46	-11,80	-1,75	18,79	6,83	1,09	13,75	32,99

IVP: Índice de Valor Público. F.Econ.-Soc.: Fator Econômico-Social. F.Amb: Fator Ambiental. EV: Expectativa de Vida ao Nascer. BE: Bem-estar. EFP: Ecological Footprint. CO₂: Emissão de CO₂ Per capita. LOGPOP: Logaritmo Natural da População. EFI: Economic Freedom Index. ECI: Economic Complexity Index. DEBT: Endividamento. PRIMEXP: Gasto Primário.